

Rio Manso

PRODUTO 7 DIAGNÓSTICO-SÍNTESE DO MUNICÍPIO DE RIO MANSO

DEZEMBRO/2017









PRODUTO 7 DIAGNÓSTICO-SÍNTESE DO MUNICÍPIO DE RIO MANSO

PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE RIO MANSO

DEZEMBRO/2017







GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador do Estado de Minas Gerais

Fernando Damata Pimentel

Vice-Governador do Estado de Minas Gerais

Antônio Eustáquio Andrade Ferreira

Secretário de Estado de Cidades e de Integração Regional (SECIR)

Carlos Moura Murta

Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte | ARMBH - Diretora-Geral

Flávia Mourão Parreira do Amaral

EQUIPE TÉCNICA | ARMBH

Coordenação - Diretor de Regulação Metropolitana

Mateus Almeida Nunes

Comissão Executiva

Camila Miranda Knauer

Fabiana Caroline Ribeiro Rocha

Júlia Monteiro de Castro Laborne

Sabrina Faria Rocha



Diretoria de Regulação Metropolitana

Daniel de Freitas Moraes Mendes

Adalberto Stanley Marques Alves

Fabrício Pallione Avelar

Marilda Siqueira Castro

Vitor Fonseca Lima

Viviane Cota Alves da Silva

Flavio Santos Neves

Roscelly Cristinne Lima Moreira

Gisele Olímpia Piedade Carneiro

Matheus Correa Almeida

Assessoria de Comunicação

Denise Walter Dias

Aloisio Soares Lopes

Maria Zita Toledo

Jéssica Nayara Benfica

Marina Cupertino Xavier

EQUIPE TÉCNICA | UFMG

Coordenação Geral

Roberto Luís de Melo Monte-Mór, Professor, Cedeplar/FACE/UFMG

Coordenação Técnica

Daniel Medeiros de Freitas, Professor, EA/UFMG

Geraldo Magela Costa, Professor, IGC/UFMG

Heloisa Soares de Moura Costa, Professora, IGC/UFMG

Rogério Palhares Zschaber de Araújo, Professor, EA/UFMG

Gerência Operacional

Mariana de Moura Cruz, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Lucília Maria Zarattini Niffinegger, Cedeplar/FACE/UFMG

Gerência Técnica

João Bosco Moura Tonucci Filho, Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG

Marcos Gustavo Pires de Melo, Assistente de Pesquisa, FACE/UFMG

Coordenação de Sistema de Informações e Comunicação

Eduardo Maia Memória, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Coordenação de Mobilização Social

Rodolfo Alexandre Cascão Inácio, Consultor

Coordenação dos Lugares de Urbanidade Metropolitana

Clarice de Assis Libânio, Assistente de Pesquisa, NPGAU/UFMG



Coordenação Interna

Bruno Fernandes Magalhães Pinheiro de Lima, Assistente de Pesquisa, UFMG

Daniela Adil Oliveira de Almeida, Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG

Leandro de Aguiar e Souza, Assistente de Pesquisa, IFMG - Campus Santa Luzia

Luiz Felype Gomes de Almeida, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Equipe Técnica

Ana Mourão Oliveira, Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG

André Henrique de Brito Veloso, Assistente de Pesquisa, UFMG

Heloísa Schmidt de Andrade, Consultora.

Heloísa Schmidt de Andrade, Consultora.

Hildelano Delanusse Theodoro, Assistente de Pesquisa, EE/UFMG

Laís Grossi de Oliveira, Assistente de Pesquisa, UFMG

Leopoldo Ferreira Curi, Assistente de Pesquisa, UFMG

Luciana Maciel Bizzotto, Assistente de Pesquisa, UFMG

Marcos Eugênio Brito de Castro, Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG

Matheus Silva Romualdo, Assistente de Pesquisa, UFMG

Paulo Henrique da Costa, Assistente de Pesquisa, UFMG

Paulo Henrique da Costa, Assistente de Pesquisa, UFMG

Patrícia Cristina Coutinho Nardini, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Rodrigo Silva Lemos, Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG

Thaís Mariano Nassif Salomão, Assistente de Pesquisa, UFMG

Tiago Neves Guerra Lages, Assistente de Pesquisa, UFMG



Estagiários

Alice Rennó Werner Soares, EA/UFMG

Alisson Henrique Couto, FACE/UFMG

Ana Carolina Machado Amoni Girundi, EA/UFMG

Ana Carolina Resende Mascarenhas, Arquitetura e Urbanismo/IFMG Santa Luzia

Ana Cecília Souza, Design/UFMG

Ana Flávia de Oliveira Porto Maia, GP/UFMG

Brendow de Souza Caldas Butinhol, Arquitetura e Urbanismo/IFMG Santa Luzia

Cintya Guedes Ornelas, EA/UFMG

Mariana Tornelli de Almeida Cunha, FAFICH/UFMG

Paulo Henrique Goes Pinto, IGC/UFMG

Pedro Henrique Heliodoro Nascimento, EA/UFMG

Pedro França Magalhães, FACE/UFMG

Pollyana Duarte de Oliveira Silva, IGC/UFMG

Taís Freire de Andrade Clark, EA/UFMG

Thaís Pires Rubioli, EA/UFMG

Thiago Duarte Flores, EA/UFMG

Victor Gabriel de Souza Lima Alencar, EA/UFMG

Vivian Borges de Camargos, Arquitetura e Urbanismo/IFMG Santa Luzia

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DE RIO MANSO

Conceição de Souza Prado, Representante do Poder Executivo

Jarbas Alves Ribeiro, Representante do Poder Executivo

Clério Raniê Soares, Representante do Poder Executivo

Amado Sete Alves Oliveira, Representante do Poder Legislativo

Luzia das Graças de Sousa, Representante do Poder Legislativo

Luzia Macedo de Jesus Castro, Representante da Sociedade Civil

Abelardo Pereira Lopes, Representante da Sociedade Civil

João de Souza Costa, Representante da Sociedade Civil

Wanduil Queiroz Costa, Representante da Sociedade Civil

Sirlene Aparecida Narcizo, Representante da Sociedade Civil

Maria José Pereira, Representante da Sociedade Civil

Vilsimar de Souza Marques, Representante da Sociedade Civil



LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABELOR - Associação Beneficente e Comunitária Riomansense

APA – Área de Proteção Ambiental

APE – Área de Proteção Especial

APP – Áreas de Preservação Permanente

ARMBH – Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

BH - Belo Horizonte

CEASAMINAS - Centrais de Abastecimento de Minas Gerais

CEDEPLAR- Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional

COPAM - Conselho Estadual de Política Ambiental

COPASA - Companhia De Saneamento De Minas Gerais

EA/UFMG – Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais

EE/UFMG – Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais

EJA – Educação para Jovens e Adultos

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto

EUA – Estados Unidos da América

FACE/UFMG – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais

FAFICH/UFMG - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais



GA – Grupo de Acompanhamento

GP/UFMG – Gestão Pública / Universidade Federal de Minas Gerais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

IFMG – Instituto Federal de Minas Gerais

IGC/UFMG – Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais

IPEAD – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais

IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano

LUME – Lugares de Urbanidade Metropolitana

MZ – Macrozoneamento

MZRMBH – Macrozoneamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

NPGAU/UFMG – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais

PD – Plano Diretor

PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado

PIB – Produto Interno Bruto

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural

SECIR - Secretaria de Cidades e de Integração Regional

SRTM - Missão Topográfica Radar Shuttle

TVA – Trama Verde Azul

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

ZAC-1 – Zona de Atividades Complementares 1

ZAC-2A – Zona de Atividades Complementares 2A

ZAC-2 – Zona de Atividades Complementares 2

ZAC-3 – Zona de Atividades Complementares 3

ZDA – Zona de Diversificação e Adensamento

ZDE-AGR: Zona de Diretrizes Especiais – Agroecologia

ZDE-AMB: Zona de Diretrizes Especiais – Ambientais

ZDE-GE: Zona de Diretrizes Especiais – Grandes Equipamentos

ZDE-MIN: Zona de Diretrizes Especiais – Mineração

ZDE-PAC: Zona de Diretrizes Especiais – Patrimônio Cultural

ZDE-REQ: Zona de Diretrizes Especiais – Requalificação

ZDE-ROD: Zona de Diretrizes Especiais – Rodovias

ZDE-ZIL: Zona de Diretrizes Especiais – Indústria e Logística

ZDEI – Zona de Desenvolvimento Econômico e Industrial

ZDEM - Zonas de Diretrizes Especiais Metropolitanas

ZDEM-REQ - Zona de Diretrizes Especiais Metropolitana de Requalificação

ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social

ZEIS-1 – Zonas Especiais de Interesse Social 1

ZEIS-2 – Zonas Especiais de Interesse Social 2

- ZIM Zonas de Interesse Metropolitano
- ZP-1 Zona de Proteção 1
- ZP-2 Zona de Proteção 2
- ZP-3 Zona de Proteção 3

LISTA DE FIGURAS

| Figura 1 –Abertura da Oficina – Fala de membros do GA | 24 |
|--|----|
| Figura 2 – Fala institucional de abertura da Agência Metropolitana | 25 |
| Figura 3 – Apresentação geral pela equipe da UFMG | 26 |
| Figura 4 – Momento de debates do Grupo 01 | 31 |
| Figura 5 – Momento de debate no Grupo 02 | 36 |
| Figura 6 – Mapa de Declividade de Rio Manso | 64 |
| Figura 7 – Mapa de Fragilidade Geológica de Rio Manso | 65 |
| Figura 8 – Mapa de Interesse Ambiental de Rio Manso | 66 |
| Figura 9 – Mapa Síntese de Restrições à Ocupação em Rio Manso | 67 |
| Figura 10 – Proposta Preliminar de Revisão do Perímetro Urbano – Rio Manso | 69 |
| Figura 11 – Detalhe da Proposta Preliminar de Revisão do Perímetro Urbano | 70 |
| Figura 12 – Vista Aérea da Proposta Preliminar de Revisão Perímetro Urbano | 71 |
| Figura 13 – Proposta Preliminar de Hierarquização Viária – Rio Manso | 74 |
| Figura 14 – Proposta Preliminar de Reestruturação Viária na Área Urbana | 75 |
| Figura 15 – Propostas Preliminares da Trama Verde Azul – Rio Manso | 78 |
| Figura 16 – Proposta Preliminar de Zoneamento Municipal | 82 |
| Figura 17 – Proposta Preliminar de Sobrezoneamento Municipal | 83 |
| Figura 18 – Comparação com Macrozoneamento Metropolitano | 84 |

LISTA DE TABELAS

| Tabela 1 – Resumo Quantitativo da Participação | 43 |
|--|-----|
| Tabela 2 – Categorias de vias para reestruturação viária | 72 |
| Tabela 3 – Elementos que compõem a Trama Verde-Azul | 77 |
| Tabela 4 – Categorias de Zoneamento | 80 |
| Tabela 5 – Categorias de sobrezoneamento | .81 |



SUMÁRIO

| APR | RESENTAÇÃO | .17 |
|------|--|------|
| PAR | RTE 01 – LEITURAS TÉCNICAS E COMUNITÁRIAS | . 20 |
| 1 II | NTRODUÇÃO | . 20 |
| 2 F | RELATO DAS SEGUNDAS AUDIÊNCIAS LOCAIS PARTICIPATIVAS | . 23 |
| 2.1 | Apresentação Inicial | . 23 |
| 2.2 | Registro das discussões do Grupo 01 | . 28 |
| 2.3 | Registro das contribuições do Grupo 02 | . 33 |
| | RELATÓRIO DESCRITIVO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO DA DIÊNCIA PÚBLICA: | . 39 |
| 3.1 | Processo Participativo e o suporte da Mobilização | . 39 |
| | Relato da Mobilização da Audiência Pública: Oficina de Diagnós ese, Diretrizes e Propostas Preliminares | |
| 3.3 | Dinâmica e Programação da Oficina | .42 |
| 3.4 | Participação Quantitativa e Qualitativa | .43 |
| | RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DO GRUPO ACOMPANHAMENTO | . 44 |
| 4.1 | Reuniões do Grupo de Acompanhamento | .45 |
| 4.2 | Meios de divulgação e mobilização adotados | .47 |
| 4.3 | Principais atores sociais convocados | .48 |
| 4.4 | Funcionamento do Espaço Plano diretor | .48 |
| 4.5 | Avaliação e considerações gerais | .49 |
| 5 S | SÍNTESE DAS LEITURAS TÉCNICAS E COMUNITÁRIAS | . 50 |
| 5.1 | Caracterização Geral do Território Municipal | . 50 |
| 52 | Acessibilidade | 52 |

| 5.3 | Seguridade | 53 |
|-----|---|-----|
| 5.4 | Sustentabilidade | 55 |
| 5.5 | Urbanidade | 57 |
| PAR | RTE 02 – DIRETRIZES DE ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL | 59 |
| 1 [| DIRETRIZES DE ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL | 61 |
| 2 E | ELEMENTOS PARA ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL | 64 |
| 2.1 | Mapeamento das restrições à ocupação | 64 |
| 2.2 | Proposta preliminar de revisão do perímetro urbano | 67 |
| 2.3 | Propostas preliminares de classificação e reestruturação viária | 71 |
| 2.4 | Propostas preliminares da Trama Verde-Azul | 75 |
| 2.5 | Proposta preliminar de zoneamento | 78 |
| 2.6 | Compatibilização com o Macrozoneamento Metropolitano | 83 |
| ANE | EXO I – MINUTA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO | 86 |
| | EXO II – LISTA DE PROVIDÊNCIAS PARA ORGANIZAÇÃO BÍSTICA DA OFICINA | |
| ANE | EXO III – MATERIAL GRÁFICO DE APOIO À MOBILIZAÇÃO | 88 |
| ANE | EXO IV – PROGRAMAÇÃO DA OFICINA | 90 |
| ANE | EXO V – LISTA DE PRESENÇA – OFICINA | 91 |
| ANE | EXO VI – LISTA DE CHAMADAS – ENCONTROS GA | 106 |
| ANE | EXO VII – REGISTROS FOTOGRÁFICOS | 115 |
| | EXO VIII – APRESENTAÇÃO OFICINA DE DIRETRIZES DPOSTAS PRELIMINARES | |



APRESENTAÇÃO

O presente documento corresponde ao cumprimento do objeto previsto na Cláusula Primeira, especificada pela Cláusula Terceira do Contrato Nº 002/2016 firmado na data 10.10.2016 entre a Contratante, Agência de Desenvolvimento Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Agência RMBH, e a Contratada, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais – IPEAD.

Em cumprimento à Cláusula Sétima do Contrato Nº 002/2016, a Contratada, faz conhecer e entregar o **Produto 7 – Diagnóstico Síntese –** referente ao Processo de Revisão do Plano Diretor do Município **RIO MANSO**, nos termos da Cláusula Terceira do Contrato nº 002/2016 e o Termo de Referência – TR-DR Nº 002/2016 anexo ao Contrato supracitado.

O **Produto 7**, de acordo com o TR-DR Nº 002/2016 faz parte da <u>Etapa 2</u>, Diagnóstico propositivo participativo, do objeto contratado conforme a Cláusula Primeira e Terceira do Contrato Nº 002/2016 no intuito de realizar as atividades previstas e acordadas na página 25, itens 2.7 e 2.8, da TR-DR Nº002/2016:

2.7. Preparação e sistematização do material para a segunda oficina local participativa com a apresentação preliminar do diagnóstico-síntese e com definição coletiva de diretrizes para a proposta de reestruturação territorial (sistema viário principal, áreas adensáveis, áreas de proteção, delimitação dos trechos com restrições à urbanização e dos trechos sujeitos a controle especial em função de ameaça de desastres naturais, áreas que serão utilizadas para infraestrutura: sistema viário, equipamentos e instalações públicas, urbanas e sociais; definição de parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a promover a diversidade de usos e contribuir para a geração de emprego e renda, a previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social, centralidades, áreas para agricultura, etc.);



2.8. Elaboração do relatório final do diagnóstico propositivo que inclui as diretrizes pactuadas da proposta de reestruturação urbana e a avaliação final em relação às discrepâncias, convergências e necessárias ou possíveis adequações em relação ao Macrozoneamento Metropolitano;

Os requisitos para desenvolvimento, entrega e aceitação do **Produto 7** foram detalhados na página 29 da TR-DR N°002/2016, nos seguintes termos:

Critério de aceitação: Relatório contendo a síntese das leituras técnicas e comunitárias, relato das segundas audiências locais participativas, relatórios das diretrizes para as propostas de estrutura urbana pactuadas em audiências locais com base nas leituras técnicas e das leituras comunitárias, e mapeamento básico contemplando: demarcação do novo perímetro urbano; delimitação dos trechos com restrições à urbanização e dos trechos sujeitos a controle especial em função de ameaça de desastres naturais; diretrizes específicas ê de áreas que serão utilizadas para infraestrutura, sistema viário, equipamentos e instalações públicas, urbanas e sociais; a previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social e de outros instrumentos de política urbana; diretrizes e instrumentos específicos para proteção ambiental e do património histórico e cultural. O Relatório deverá conter, ainda, análise das adequações e compatibilizações entre as propostas territoriais municipais e as propostas do Macrozoneamento.

Desse modo, com a finalidade de atender os termos do Contrato Nº 002/2016 e o Termo de Referência TR-DR Nº002/2016, esclarece-se, conforme delineado na Nota Metodológica (Item 2), que a elaboração da estrutura deste Produto orientou-se pelos princípios metodológicos apresentados no Produto 3, sobretudo com foco na coerência entre as leituras comunitárias e técnicas e suas possíveis articulações com o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI – da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A estrutura deste Produto 7, portanto, relaciona os conteúdos exigidos e pactuados no âmbito do Contrato Nº 002/2016 e o Termo de Referência TR-DR



N°002/2016 supracitados à potencialidade transdisciplinar dos estudos temáticos, conforme proposto pelo PDDI-RMBH (2011).

Destarte, no intuito de atender os termos do Contrato Nº 002/2016 e o Termo de Referência TR-DR Nº002/2016, entrega-se o Produto 7 do Município de **Rio Manso** com todos os itens relacionados acima organizados e dispostos nesta forma:

- PARTE 01 Leituras técnicas e comunitárias
- PARTE 02 Diretrizes de estruturação territorial



PARTE 01 - LEITURAS TÉCNICAS E COMUNITÁRIAS

1 INTRODUÇÃO

Apresentamos abaixo os registros da *Oficina do Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares*¹, os elementos para sua execução e a síntese compilada a partir das leituras técnicas e comunitárias, apresentada durante a audiência pública.

O principal objetivo dessa oficina foi apresentar e discutir o diagnóstico síntese preliminar e levantar as principais questões de relevância no contexto municipal de forma a criar um Diagnóstico Propositivo Participativo e a partir dele elaborar, em conjunto, diretrizes preliminares que subsidiaram propostas de reestruturação territorial. A metodologia utilizada nessa oficina acompanhou a estrutura e a experiência das oficinas realizadas pela UFMG ao longo da realização do PDDI-RMBH e do MZ-RMBH e do próprio processo de Revisão de Planos Diretores, adaptada à especificidade do município e da participação e envolvimento local.

Além dos momentos formais da audiência pública, explicitados no relatório de mobilização na Parte 01, a dinâmica proposta se dividiu em duas etapas de trabalho: um primeiro momento de apresentação do diagnóstico síntese, realizado em plenária com todos os presentes, seguido de um segundo momento de roda de conversa, dividindo os participantes em dois grupos com focos específicos. As discussões de cada roda de conversa foram balizadas por um conjunto de "questões instigadoras" elaboradas de acordo com o diagnóstico síntese municipal, que se repetiam para os dois grupos, mas eram expostas em ordens invertidas, de acordo com o foco de cada um deles.

¹ Utilizamos, no decorrer do produto, tanto o título completo da oficina, respeitando o Termo de Referência e o Edital de Convocação de Audiência Pública, como também sua versão reduzida: *Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares*, título simplificado adotado pela equipe nos convites informais e na apresentação da oficina.



A ideia de expor as perguntas em ordens opostas era garantir que cada grupo discutisse mais detidamente as questões de relevância para o foco do grupo (visto que as primeiras perguntas são normalmente debatidas com mais tempo e afinco do que as são apresentadas por último) mas que ao mesmo tempo pudessem passar por todas as questões referentes à estruturação territorial local. Listamos abaixo as perguntas elaboradas para o município de Rio Manso, frisando que para o grupo cujo foco era a dinâmica territorial, as perguntas foram apresentadas de 1 a 5, e para o grupo focado na discussão da Trama Verde-Azul as perguntas foram expostas de 5 a 1:

- 1. É necessário crescer? Que diretrizes e políticas podemos pensar para orientar o crescimento planejado e coibir o crescimento informal? Como podemos melhorar a urbanização do município?
- 2. Como lidar com o problema do transporte de carga no município? Há desejo pela criação de novas vias? Existem espaços em que a circulação de pedestres e/ou ciclistas deve ser estimulada?
- 3. Que medidas podem ser pensadas para diversificar e ampliar a economia local? Como conciliar a produção de cerâmicas com a preservação da subbacia do Rio Manso? É importante criar condições para o fortalecimento da produção agrícola?
- 4. Quais diretrizes e políticas podem ser pensadas para o desenvolvimento da cultura e proteção do patrimônio (material e imaterial, construído e natural) no município?
- 5. Como valorizar a produção de água metropolitana de Rio Manso e como conciliar com o interesse local? Quais as orientações para a identificação e a construção da Trama Verde e Azul?

Como de costume, cada roda de conversa contou com a moderação de no mínimo três membros da equipe técnica: um coordenador, que conduzia as discussões; um auxiliar, que dessa vez centralizou o trabalho de intervenções no



mapa; e um relator, que registrava textualmente o conteúdo e autoria das falas dos participantes. Cada um dos grupos foi provido com um conjunto de mapas que incluíam mapas de trabalho e mapas de informações auxiliares. Esses mapas foram preliminarmente preparados pela equipe de Geoprocessamento da UFMG e impressos exclusivamente para fins de utilização nesta Oficina do Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares.

Como havia nessa etapa de trabalho uma preocupação específica com a criação de diretrizes, que não se detinham apenas à territorialidades, um foco maior foi dado aos momentos de reflexão e síntese de forma a gerar pelo menos uma diretriz a partir de cada questão instigadora. O resultado desta oficina será apresentado na Parte 02 deste produto, juntamente com a proposta preliminar de estruturação territorial de Rio Manso.



2 RELATO DAS SEGUNDAS AUDIÊNCIAS LOCAIS PARTICIPATIVAS

Segue abaixo um relato da Oficina do Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares, dividido no registro da apresentação inicial, realizada em plenária, e dos grupos de trabalho que se seguiram.

2.1 Apresentação Inicial

O Sr. Rodolfo Cascão da equipe mobilização, deu as boas vindas aos presentes em nome da equipe da UFMG e da Agência Metropolitana. Ele lembrou que, além desses dois grupos, outros atores são responsáveis pelo processo, a saber: a Prefeitura e a Câmara municipal e o Grupo de Acompanhamento (GA), formado de maneira paritária com membros da executivo e legislativo municipal e da sociedade civil.

Em seguida, ele passou a palavra ao vereador Emerson, que agradeceu a presença de todos. A vereadora Luzia, integrante do Grupo de Acompanhamento, tomou a palavra para apresentar as funções do GA no processo de Revisão do Plano Diretor e falou ainda do cronograma de encontros do grupo. Ela explicou que o Plano Diretor é uma lei com duração dez anos e que deve ser aprovada no início do próximo ano. Por fim, ela agradeceu a presença de todos, inclusive das escolas e suas professoras e diretoras.

O vereador Amado, também do GA, agradeceu a presença de todos. Ele ressaltou a importância do Plano Diretor, embora poucos saibam de sua importância, pois é ele que estabelece diretrizes ao planejamento municipal. O vereador relatou que há no município muitas demandas, como a regularização fundiária, os problemas dos chacreamentos, a preservação ambiental e a geração de empregos. Todas essas questões serão trabalhadas no Plano Diretor. Finalmente, ele reforçou que o Plano Diretor é ainda um instrumento de cobrança da população aos seus governantes.



Figura 1 - Abertura da Oficina - Fala de membros do GA

Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

A Sra. Sãozinha do GA reforçou a existência do Espaço Plano Diretor, localizado na biblioteca municipal e aberto a todos. Por fim ela passou a palavra aos demais membros do GA presentes: a Sra. Luzia, representante da sociedade civil, o Sr. João, representante pela Associação Morro do Cedro, o Sr. Vilsimar, também da sociedade civil, e o Sr. Jarbas, representante da prefeitura. Todos eles ressaltaram a importância do processo em curso. Em seguida, o Sr. Cascão retomou a palavra para apresentar a programação da audiência.

O Sr. Mateus Nunes, da Agência Metropolitana, fez uma breve apresentação sintetizando as principais fragilidades identificadas nos Planos Diretores da RMBH, tais como Planos Diretores em desconformidade com a capacidade institucional dos municípios; a existência de muitos conselhos, porém pouco ativos; e a modificação constante dos Planos Diretores pelo legislativo e executivo sem consulta popular.



Figura 2 – Fala institucional de abertura da Agência Metropolitana

Em seguida o Sr. Bruno, da equipe da UFMG, tomou a palavra. Ele iniciou sua fala retomando este processo de Revisão do Plano Diretor em Rio Manso e o objetivo do encontro em questão. Ele explicou a importância do Plano Diretor e da participação popular durante o processo.

Ao dar retorno em relação aos dados recolhidos sobre o município, ele primeiro explicou a forma como as informações foram reunidas de maneira a não perder a complexidade dos temas. Estas, foram divididas em quatro eixos: seguridade, sustentabilidade, acessibilidade, urbanidade. Feita esta consideração, ele passou então, ao diagnóstico do município de Rio Manso.

Os pontos levantados foram:

 A questão da água, que, por sua grande quantidade no município, é positiva, mas que também torna o uso e a ocupação muito restritivos. Os presentes acrescentaram que há, ainda relativo à água, problemas de abastecimento local;

- A falta de tratamento de esgoto em todo o município;
- A fragilidade geológica em parte do território municipal

Os presentes ressaltaram que quando a barragem da Copasa veio para o município, foi inundada uma área muito grande para cultivo. Eles ressaltaram ainda a necessidade de uma organização de agricultores para a venda local dos produtos agrícolas. Hoje os produtos são vendidos ao Ceasa e comprados novamente.



Figura 3 – Apresentação geral pela equipe da UFMG

Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Voltando ao diagnóstico produzido pela equipe da UFMG o Sr. Bruno ressaltou ainda os seguintes pontos:

- O desejo de implantação de infraestrutura para atividades turísticas;
- A ocupação fragmentada do território e a necessidade de regularização fundiária;

- A precariedade da infraestrutura;
- O conflito entre as cerâmicas e os demais usos;
- A dificuldade de acesso às localidades e distritos.

O vereador Amado, do GA, informou que em uma das reuniões do grupo os ceramistas foram convidados para dialogar a respeito do transporte de cargas. Lhes foi sugerido para solucionar os impactos do transporte do produto cobrir os caminhões com lona e a manutenção das vias pelas cerâmicas.

Retomando a palavra, o Sr. Bruno destacou ainda:

- A Riqueza cultural do município e que se encontra dispersa no território;
- A falta de acesso a área da represa, muito rica ambientalmente; e
- A concentração de equipamentos ligados a cultura na sede.

Quanto a esse último ponto, Uma das presentes ressaltou que eles próprios não conhecem sua história e riquezas turísticas e culturais.

Finalizado o retorno, o Sr. Bruno explicou que o objetivo do encontro é estabelecer diretrizes para o Plano Diretor de Rio Manso. Ele lembrou que esta revisão faz parte de um processo metropolitano e que, portanto, as diretrizes do planejamento metropolitano devem ser também atendidas durante o processo. Ele trouxe como exemplo dessas diretrizes vindas do planejamento metropolitano a Trama Verde-Azul, uma proposta de reestruturação territorial, com base ambiental, cultural, patrimonial, hídrica, turística, agrícola e afins.

Em seguida foram lidas as questões que seriam trabalhadas pelos no segundo momento do encontro é o s presentes foram divididos em dois grupos de trabalho.



2.2 Registro das discussões do Grupo 01

Roberto Monte-Mor e Cascão, da equipe UFMG, iniciaram a conversa explicando os mapas a serem utilizados na roda. Os mapas: fragilidades e unidades de conservação, uso do solo e cobertura da terra, tipologias urbanas de uso e ocupação do solo.

QUESTÃO 1 – CRESCIMENTO

Roberto Monte-Mor: explicou a ocupação fragmentada da região metropolitana e a necessidade de se criar novas centralidades para Rio Manso

Luzia, vereadora: é necessário que o crescimento da cidade se dê de maneira organizada. Sugere a criação de um grupo específico para cuidar da fiscalização da criação de novos loteamentos e uso do solo em geral.

Dirceu, da Escola Estadual, diz que o problema de moradia não é tão irrelevante, uma vez que os loteamentos são super valorizados, possuindo preços equivalentes aos de Belo Horizonte. Destaca ainda um problema de zoneamento que permite que grandes lotes, do tamanho de fazendas, sejam concebidos dentro da cidade. Pontua ainda a necessidade da criação de um cemitério.

Luzia, vereadora: relata uma discussão anterior, onde foi apresentada a possibilidade da prefeitura comprar um terreno para criação de um cemitério parque. Relata que as áreas que mais crescem desordenadamente (loteamentos) são as áreas rurais.

Sãozinha, biblioteca pública: relata que há um grande loteamento sendo aberto no Viamão de maneira irregular. Muitas pessoas estão vindo de Belo Horizonte e de Betim para criar sítios e chácaras, fora da mancha urbana de Rio Manso.

Vilsimar: o município está crescendo, dá exemplo o bairro Vida Nova. Em geral são pessoal aposentadas e não em idade escolar.

Lucinéia, da escola estadual, afirma que a população que mais cresce em Rio Manso é a população flutuante, que vem apenas para passar o fim de semana.



João Pereira, morador da zona rural, relata que perto da sua casa há muitos sitiantes, mais de 60, que deixam muito lixo e animais mortos nos arredores e cachoeiras. Para ele os moradores das áreas urbanas são os maiores poluidores da cidade.

Mônica, escola estadual: os moradores flutuantes também usam os serviços de saúde de Rio Manso, diminuindo o serviço para os moradores permanentes. Sitiantes compram áreas sem nascentes e criam poços artesianos de maneira irregular, fazendo com que a água acabe nas nascentes naturais e várias famílias fiquem sem água. Não existe uma associação dos cuidadores de nascentes e consideram que esta associação seria uma boa possibilidade.

Vilsimar: COPASA quer utilizar a água, sem criar nenhum mecanismo para que o recurso se mantenha. Acredita que o abuso da COPASA levará ao fim da água.

Roberto Monte-Mor: explicou que a área da COPASA está dentro da área de preservação ambiental e reforçou a necessidade de reforçar a ação permanente do GA e a criação de associações para fiscalização.

Luzia, vereadora: o município precisa crescer. Enfatiza a necessidade da Agência e da equipe ajudarem na regularização fundiária do município. Dada a dificuldade de regularizar os loteamentos já existentes, pontua que é mais importante fiscalizar os novos loteamentos.

Matheus, da agência metropolitana, explicou que a regularização dos loteamentos é municipal (com anuência da agência).

Andressa, sociedade civil: afirma que o município é pobre (financeira e culturalmente) e assim, a prefeitura deveria disponibilizar profissionais para dar consultoria para a população, para que as leis sejam cumpridas. O cartório deve ser um parceiro do plano diretor, participando do registro e regularização dos novos loteamentos.



João, membro do GA: afirma a necessidade de criação de associações por comunidades, a exemplo da associação do Morro do Cedro, da qual ele participa. Sugere grupos temáticos, como por exemplo o do meio ambiente, para criar lideranças e referências a quem a população possa recorrer.

QUESTÃO 2

Luiza, vereadora: destaca a importância da criação da alça, para desviar o fluxo de pessoas do centro da cidade.

Sãozinha, membra do GA, pontua a necessidade de criação de uma estrada que ligue também Bonfim, desviando o fluxo do centro da cidade.

Matheus, da agência metropolitana: destaca o nível de inadimplência de IPTU nas cidades da região metropolitana é muito alto. Assim, fazendo uma conta rápida, destaca a impossibilidade de se construir estradas com a atual tributação do município, para que falsas expectativas não sejam criadas.

Roberto Monte-Mor, UFMG, destaca como os sitiantes agravam o problema da cidade e a importância do IPTU aplicado especialmente para essas pessoas.

O grupo destaca os loteamentos irregulares feitos por um mesmo empreendedor que já está sendo processado.

Sãozinha, do GA, sugere criar um parque ecológico na área da COPASA, onde poderiam acontecer cavalgadas, área para andar de bicicleta, criação de restaurante.

Mônica, da escola estadual, pontua que qualquer ação ecológica deveria ser vinculada a ações educativas. Uma vez que considera que a população não sabe aproveitar as áreas ecológicas, o que poderia ser exigido da COPASA seriam áreas de proteção de fauna e flora locais.



Figura 4 - Momento de debates do Grupo 01.

Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Grupo pontua a necessidade de pesquisar a questão da ISMS Ecológico do município, averiguando se este poderia ser aumentado, somando a outras ações (para que a longo prazo nascentes sejam recuperadas, por exemplo, com ajuda de outras instâncias), relacionadas a COPASA, a grupos, a população, a prefeitura.

QUESTÃO 3

Como desenvolver a questão da cerâmica, utilizando esse potencial da cidade para outras áreas, agregando valor a essa produção: artesanato, cursos para mulheres – que sejam perto das áreas de cerâmicas, nas comunidades- acordo com áreas de design, abrir para outras áreas que não a produção de tijolos. Regular o uso das terras de cerâmicas e criar programas de valorização da produção.

Mônica, da escola estadual: destaca a necessidade de criar as oportunidades de curso, especialmente relacionados as mulheres das comunidades, que são excluídas. Os cursos devem ser aplicados de maneira que essas mulheres se desloquem o mínimo possível.

Vilsimar, câmara, pontua a necessidade de exigir dos próprios ceramistas a compensação de retirada de recursos naturais. Como reflorestamento.

O grupo pontua que ocorre no município o registro do subsolo, por um empreendedor, fazendo com que apenas ele possa explorar os recursos naturais para produção de cerâmica.

QUESTÃO 4

Mônica, escola estadual: Rio Manso possui um museu inativado com vários itens da história de Rio manso que hoje se encontram em um quartinho ao lado da biblioteca.

Sãozinha está organizando o museu por conta própria.

PARTE FINAL

Amado, vereador, apresentou as discussões do grupo 2 e Luzia, vereadora, as questões do grupo 1.

As principais questões levantadas:

Questão 5

- Extração do barro e fiscalização dos ceramistas (aplicação de multas), além da necessidade de conscientização dos pequenos produtores para cuidado de suas áreas. Destacam que o município é explorado apenas por 3 pessoas, que o grupo considera como os " proprietários da cidade".
- Uso não sustentável da água e APPs não respeitadas.

Questão 4

- Festas religiosas são destaque no município, havendo a necessidade de políticas públicas para valorização destas festas.
- Renovação da casa de cultura, que está fechada e sendo organizada pela Sãozinha.

Questão 3

- Exploração do potencial logístico de Rio Manso
- Processar os produtos agrícolas produzidos no local, de maneira que a produção agrícola não seja triangulada.
- Valorização da produção de doces e queijos através do cooperativismo e, em sequência, do fortalecimento de feiras
- Valorização das cerâmicas, utilizando também para produção de artesanato e aplicação de cursos

Questão 2

- Criação de vias para desvio do fluxo de veículos
- Criação de ciclovia e pista de caminhada de Bernardas para Souza

Questão 1

- Destacam a necessidade de que os novos loteamentos sejam devidamente fiscalizados
- Necessidade de crescimento do município

2.3 Registro das contribuições do Grupo 02

QUESTÃO 1



Como valorizar a produção de água metropolitana de Rio Manso e como conciliar com o interesse local? Quais as orientações para a identificação e a construção da Trama Verde e Azul?

O Sr. Jarbas ressaltou que não há como ignorar área reservada pela Copasa já institucionalizada (APE).

Também sobre a Copasa, o vereador Amado esclareceu que desde 2008 existe uma proposta de transformar a área da Copasa área turística, entretanto há resistência por parte dessa última.

A Sra. Roseane ressaltou que nascentes e cursos d'água do município estão secando. Há, por isso, a necessidade de conscientizar moradores para conservação destas áreas e de sua vigilância. Há também a necessidade de um mecanismo de valorização, como por exemplo, o pagamento pela conservação das nascentes, como no caso de Igarapé. Ela acrescentou ainda que não é necessário restringir a pagamentos em dinheiro, são possíveis outras compensações pelos órgãos públicos (tanto Prefeitura, como Copasa) tais como a doação de mudas e o monitoramento e assistência técnica aos plantios.

O Sr. Anderson relatou que a Copasa deve fazer por lei um investimento de 0,5% de seu lucro em conservação local. Não é, portanto, papel da prefeitura arcar com esses incentivos, dado que ela tem poucos recursos. A Copasa doa mudas, mas deve fazer mais. Por fim, ele ressaltou que já existem leis municipais para a conservação dos cursos d'água, mas que não há fiscalização.

O Sr. Bruno ressaltou a possibilidade de utilização das reservas legais nas propriedades rurais para a conservação dos cursos d'água.

A Sra. Adriana trouxe que a questão das cerâmicas são um agravante ao problema de conservação dos cursos d'água, uma vez que a exploração da matéria prima (o barro) é muito impactante.

A Sra. Cibele disse que em relação as cerâmicas é necessário sua fiscalização efetiva. Ela reconheceu a importância das cerâmicas à economia local, porém sua



atividade não ocorre de maneira sustentável. Em sua opinião falta ainda regulamentação à exploração da matéria prima.

Quanto a esse assunto, a Sra. Cleonice complementou que toda cerâmica tem a obrigatoriedade de fazer um projeto de atuação, o que não é seguido.

O vereador Amado esclareceu que ele é um agente fiscalizador e que há fiscalização e leis, entretanto, com falhas. Ele relatou que o empreendedor consegue, por exemplo, fazer contrapartidas em áreas onde não há necessidade. Quanto à preservação dos cursos d'água ele citou o caso do projeto da Copasa denominado "Água da gente", em que houve pouca adesão local. Ele acredita que existe a necessidade de conscientização geral em relação à preservação ambiental, tanto na cidade como no campo.

O Sr. Jarbas levantou como diretriz possível a obrigatoriedade de recuperação de áreas das cerâmicas após finalizadas suas atividades.

A Sra. Luiza disse que é necessário criar um programa para incentivo à recuperação das áreas de exploração das cerâmicas, pois, muitas vezes as empresas não tem capacidade (financeira e técnica) para lidar com recuperação destas áreas.

A Sra. Maria Luiza opinou que se fiscalização passar a funcionar, aplicando multas e outras penalidades, as cerâmicas passarão a respeitar a legislação. Em relação ela destacou que a conscientização é necessária, mas que deve ocorrer por meio de um diálogo horizontal. Colocar-se como "dono da verdade" somente criara resistência.

A Sra. Cleonice pontuou que a conscientização deve ser para pessoas que não tem informação (agricultores), o que não é o caso das cerâmicas.

A Sra. Camila propôs a troca de matérias primas e tecnologias para a indústria cerâmica. Ela elencou os tijolos ecológicos como uma possibilidade para a modernização da produção.



Figura 5 – Momento de debate no Grupo 02

Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

O Sr. Luiz, da equipe da UFMG, sintetizou a discussão até ali da seguinte forma:

- Sensibilização para o uso sustentável dos recursos hídricos tanto em atividades rurais quanto urbanas e sua fiscalização;
- Fiscalização eficaz e contínua das indústrias de cerâmica; e
- Conscientização popular como um processo participativo e ampliado.

QUESTÃO 2

Quais diretrizes e políticas podem ser pensadas para o desenvolvimento da cultura e proteção do patrimônio (material e imaterial, construído e natural) no município?

O vereador Amado comentou que faltam políticas públicas para aproximação e resgate de tradições e costumes locais. Ele citou o exemplo das festas, que são



muito vivas nas localidades e são atrativas de turismo. Algumas seguem existindo, mas há necessidade de políticas públicas que as incentive.

O Sr. Anderson relatou que acredita no poder da educação, mas que há a necessidade de se trabalhar nas escolas locais os problemas reais se seus alunos, sua história, festas e tradições. Ele considera que trabalhar com questões locais poderia ser uma diretriz da educação municipal.

A Sra. Maria Luiza propôs a elaboração de um calendário com datas importantes no município. Ela lembrou ainda que há em Rio Manso o Chá Literário, em que poderia ser trabalhada a cultura local.

A Sra. Cleonice levantou que há a necessidade de comemorar a data de inauguração da cidade.

A discussão entorno da segunda questão foi sintetizada pelos presentes nas seguintes diretrizes:

- Valorização das festas locais a partir do incentivo e de políticas públicas;
- Ampliação do acesso a informações sobre festas e tradições locais.

QUESTÃO 3

Que medidas podem ser pensadas para diversificar e ampliar a economia local? Como conciliar a produção de cerâmicas com a preservação da sub-bacia do Rio Manso? É importante criar condições para o fortalecimento da produção agrícola?

O vereador Amado acredita que até hoje nenhum administrador conseguiu aproveitar o potencial logístico da cidade, que fica nas margens da Rodovia Fernão Dias. Como não existe um distrito industrial, o município não consegue atrair esses investidores. Porém, devido à presença da Copasa, as indústrias a serem instalavas no novo distrito industrial devem ser de baixo impacto ambiental.

O Sr. Anderson levantou que somente serão atraídas empresas para o município com a implantação de uma ETE e de uma rede de energia capaz de atender a demanda industrial.

O Sr. Jarbas trouxe a necessidade de os produtores locais passarem a processar os alimentos e de se articularem em cooperativas de maneira a criar outras possibilidades de comercialização para além do Ceasa.

O vereador Amado ressaltou que há na região muitas famílias que produzem leite e derivados, mas que, por falta de uma cooperativa, não têm como comercializar o produto.

O Sr. Anderson opinou que não é necessário centrar-se somente em cooperativas, deve-se também incentivar o empreendedorismo individual. Ele relatou que prefeitura compra produtos de agricultura familiar em outros municípios, um potencial que poderia ser aproveitado pelos produtores locais.

A discussão foi sintetizada nas seguintes diretrizes:

- Cooperativismo e associativismo como práticas estruturadoras de atividades econômicas alternativas;
- Promoção e incentivos públicos e práticas empreendedoras ligadas à produção agrícola de pequena escala e ao artesanato.

O Sr. Bruno retomou a palavra. Ele relembrou o cronograma do processo de Revisão do Plano Diretor de Rio Manso, ressaltando a importância dos momentos participativos. Ele agradeceu a presença de todos, finalizando, assim, as atividades.

3 RELATÓRIO DESCRITIVO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA:

Este relatório sistematiza a terceira fase do processo participativo da Revisão dos Planos Diretores da RMBH. Neste capítulo, descrevermos o processo de mobilização para a Oficina do Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares da Revisão do Plano Diretor de Rio Manso, realizada no dia 13 de setembro de 2017.

3.1 Processo Participativo e o suporte da Mobilização

A Agência Metropolitana estabeleceu em edital uma agenda comunitária composta de audiências públicas abertas e com ampla convocação da sociedade civil organizada. Em verdade, esse rito foi definido pelo Estatuto da Cidade à luz da Constituição de 88 que vinculou a formulação dos marcos legais a um processo de planejamento participativo e gestão integrada. A distinção atual para a RMBH, é que os municípios da região metropolitana deveriam revisar os seus planos levando em consideração o PDDI e o Estatuto da Metrópole harmonizando a estruturação territorial e fortalecendo a cidadania metropolitana.

Colocada de forma sintética, essa agenda pública previa 4 fases básicas de construção participativa do novo Plano Diretor:

- Evento de Lançamento público da revisão do PD e eleição do Grupo de Acompanhamento;
- 2. Oficina de Diagnóstico do município e levantamento de questões apontadas pela sociedade Leitura Comunitária;
- 3. Oficina devolutiva da UFMG da síntese do Diagnóstico (leituras técnica e comunitária) e apontamento de Diretrizes e Propostas preliminares;
- 4. Oficina de apresentação da Proposta Preliminar do Plano Diretor Municipal em vistas a formulação do Projeto de Lei.



Essas audiências públicas deveriam ser complementadas e fortalecidas com Consultas a legislação e Estudos técnicos diversos, Difusão ampla de informações, Elaboração de relatórios, Visitas de campo, Reuniões intersetoriais da equipe da UFMG, reuniões dos Grupos de Acompanhamento e eventos internos reunindo esporadicamente UFMG, Agência Metropolitana, Lumes, GAs e atores afins ao processo. Além disso foram efetivados os Espaços Plano Diretor em cada um dos municípios envolvidos na Revisão dos Planos Diretores.

Responsável por garantir que os eventos supracitados ocorram com segurança e qualidade participativa - com estreita relação com a Comunicação e Lumes, a Equipe de Mobilização Social participa na definição de toda agenda interna e externa; colabora na definição dos textos e dos instrumentos de comunicação utilizados (editais, convites, convocatórias...); constrói a rede de contatos locais; articula com prefeitura, câmara e sociedade organizada (telefonema, redes sociais e corpo a corpo...); verifica a logística dos espaços (auditórios, mobiliário, equipamentos,...); garante o credenciamento dos participantes; propõe a metodologia dos encontros (programação, dinâmicas, tempos...) e conduz a pauta visando que as audiências tenham produtividade. Em resumo, promove a mobilização social buscando garantir que ocorra um planejamento participativo equilibrando dimensões como o saber acadêmico e o popular advindo do cotidiano vivido.

3.2 Relato da Mobilização da Audiência Pública: Oficina de Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares

Pode-se afirmar que a Audiência Pública: Oficina do Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares da Revisão do Plano Diretor de Rio Manso realizada no dia 13 de setembro de 2017 deu continuidade ao processo participativo iniciado em novembro de 2016. Foi um momento importante no sentido de ampliar e intensificar o envolvimento da sociedade local na discussão da revisão do plano diretor municipal e sua relação com o plano metropolitano.



Um diferencial que vem qualificando este processo participativo da revisão dos planos diretores municipais em comparação com o processo desenvolvido quando da elaboração do Plano Diretor Desenvolvimento Integrado da RMBH (PDDI -2010-2011) e do Projeto do Macrozoneamento da RMBH (2014-2015) que contou com a participação ativa de representantes do poder público local e segmentos da sociedade civil organizada foi a implantação do Espaço Plano Diretor e a formação do Grupo de Acompanhamento. Para além de reuniões e atividades restritas à agenda do projeto de revisão do plano diretor e coordenada pela equipe técnica da UFMG a comunidade local, por meio do LUME - lugar de urbanidade metropolitana - em construção e do GA vem constituindo um reforço importante no processo participativo.

Para se atingir estes objetivos educativos e organizativos tem sido importante a interlocução permanente com o Espaço Plano Diretor, o Grupo de Acompanhamento na perspectiva de fortalecimento do LUME local. Essas instâncias vêm se constituindo em interlocutores prioritários da equipe de mobilização para a qualificação do processo participativo.

De forma complementar e reforçando a mobilização do município a equipe de mobilização contatou as entidades e/ou instituições da sociedade civil relacionadas no banco de dados do projeto do PDDI e macrozoneamento, em especial, lideranças atuantes na causa metropolitana no referido município.

Para a realização da audiência pública: oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares de Rio Manso foram realizados uma média de 15 contatos telefônicos para reforço dos convites para pessoas referências e demandas para viabilizar a logística e organização da oficina técnica.

Entre as principais atividades realizadas pela equipe de mobilização destacam-se:

- agendamento da audiência pública;
- apoio a equipe local no processo de preparação da oficina;
- suporte na preparação do edital de convocação;

- diretrizes para viabilizar a escolha dos locais do encontro e das oficinas;
- diretrizes para viabilizar a escolha dos locais do encontro e das oficinas;
- garantia de disponibilidade de data show, computador, som
- oferta de lanche como contrapartida da prefeitura e segundo sua possibilidade orçamentária para a oficina;
- execução do credenciamento: listas de presença e crachás;
- condução geral e suporte na dinâmica dos trabalhos em grupo facilitados pela equipe da UFMG.

Segue em anexo documentação enviada aos municípios pela equipe de mobilização para viabilizar organização e logística da Oficina, a saber: (a) minuta do edital de convocação - Anexo 1; (b) Lista de providências para organização e logística da Oficina - Anexo 2; (c) Material gráfico de apoio à mobilização elaborado pela equipe de comunicação da UFMG: convite e memes

3.3 Dinâmica e Programação da Oficina

A dinâmica da Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares foi dividida em três momentos, a saber: (a) credenciamento, acolhida institucional, apresentação do Grupo de Acompanhamento e demais participantes e da pauta; (b) resgate histórico do projeto de revisão do plano diretor e retorno sistematizado das discussões da primeira oficina de leitura comunitária e dos estudos técnicos pela UFMG; (c) rodas de conversa: diretrizes e propostas para o plano diretor municipal.

A dinâmica das rodas de conversa é interativa a partir da intervenção em mapas do município instigada por questões elaboradas pela equipe técnica, a saber: o crescimento e a expansão urbana; a trama verde e azul; as potencialidades turísticas, econômicas e culturais e as propostas para o plano de mobilidade municipal.



Coube à equipe de mobilização a execução do credenciamento, a condução geral da oficina e suporte na dinâmica das rodas de conversa facilitadas pela equipe da UFMG. Segue em anexo apresentação da programação da oficina - Anexo 4.

3.4 Participação Quantitativa e Qualitativa

A oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares foi realizada no dia 13 de setembro de 2017 na Câmara Municipal de Rio Manso das 18:00 até 21:30. Contou com a presença de (oitenta e cinco) 85 pessoas, conforme descrito na avaliação participativa quantitativa e qualitativa abaixo relacionada:

Tabela 1 – Resumo Quantitativo da Participação

| Poder Público Executivo | Poder Público Legislativo | Sociedade Civil | UFMG | ARMBH | Total de Participantes |
|----------------------------|------------------------------|--------------------|------|-------|---------------------------|
| 4 | 3 | 67 | 9 | 2 | 85 |

Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

A oficina de leitura técnica de Rio Manso contou com um total de oitenta e cinco (85) pessoas com uma representação significativa de professores da Escola Estadual Luiz Borges Ferreira Gonzaga e dos alunos do EJA desta escola. Muito expressiva a participação do Grupo de Acompanhamento com o total de sete (07) participantes, sendo três (03) do executivo, dois (02) do legislativo e três (03) da sociedade civil

Estiveram presentes o presidente da Câmara representando o prefeito municipal, o Secretário de Cultura e a Coordenadora do CRAS além de outros dois vereadores. Das organizações populares destaca -se o representante da Associação Morro do Cedro. Vale ressaltar que neste mesmo dia houve uma importante reunião em município vizinho para usuários da assistência social com repercussão na ausência de algumas lideranças populares.



4 RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO

O presente relatório traz informações relativas ao registro e relato das atividades empreendidas para implantação do Espaço Plano Diretor do Município de Rio Manso, no processo de preparação para a audiência de leitura comunitária.

É fundamental destacar que em tal período a equipe UFMG dedicou-se a realizar encontros, reuniões e comunicações escritas com o grupo de acompanhamento com os seguintes objetivos:

- Dar sequência às atividades de apoio e orientação das atividades do grupo de acompanhamento, conforme definido na metodologia de trabalho;
- Acompanhar e mediar as atividades do Grupo de Acompanhamento no que se refere à mobilização da comunidade para participação na audiência de leitura comunitária;
- Dar suporte para a realização da audiência de leitura comunitária.

Considerando tais objetivos, o relatório que se segue está dividido em dois tópicos, ademais desta Introdução, quais sejam:

- Descrição das atividades realizadas e esforços empreendidos para a mobilização da comunidade para participação na audiência de leitura comunitária;
- Avaliação sobre a ação do GA, envolvimento dos membros e resultados obtidos.

Ademais, são apresentados em Anexo: listas de presença e fotos das atividades aqui relatadas; materiais de divulgação produzidos e/ou utilizados pelo GA; e repercussão do evento na mídia.



4.1 Reuniões do Grupo de Acompanhamento

Desde a Oficina de Leitura Comunitária ocorrida no dia 09 de maio de 2017 até a Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares ocorrida no dia 13 de setembro de 2017, o Grupo de Acompanhamento de Baldim realizou 7 encontros onde discutiram as questões pertinentes ao município e se prepararam para a Oficina Técnica.

Dia 31/05 - Reunião GA

A reunião contou com 20 membros entre grupo de acompanhamento e sociedade civil e foi discutido a questão da regularização fundiária de 23 áreas do município. Ver anexo 1.

Dia 07/06 - Reunião GA +UFMG

A reunião contou com 6 membros do grupo de acompanhamento e os bolsistas Lumes Ana Carolina Girundi e Evandro Alves. O grupo explicou as discussões feitas nos encontros internos e pontuaram a semelhança dos problemas da época do plano diretor de 2008 e os atuais. Foi feita uma agenda de reuniões temáticas a serem realizadas pelo GA ao longo dos meses de junho e julho. Ver anexo 2.

Dia 14/06 - Reunião GA +UFMG

A reunião contou com 7 membros do grupo de acompanhamento e a bolsista Lumes Ana Carolina Girundi. Foi feita uma visita a Escola Estadual Luiz Borges Ferreira Gonzaga para conversar com a turma de terceiro ano do ensino médio (44 alunos que participaram da audiência anterior), sobre os temas: trabalho/educação, meio ambiente, lazer, agricultura e saúde. Além disso, o GA se reuniu para sintetizar as informações, discutir questões acerca do patrimônio imaterial, transporte público e a Conferência de Saúde. Ver anexo 3.

Dia 28/06 - Reunião GA +UFMG

A reunião contou com 5 membros do grupo de acompanhamento e a bolsista Lumes Ana Carolina Girundi. O grupo relatou a reunião com a Agência



Metropolitana na semana anterior e decidiu os temas mais pertinentes a serem discutidos: regularização fundiária, turismo, meio ambiente, lazer, saúde, rede elétrica e rede de esgoto. Os encaminhamentos e divisão de tarefas se deram relativos a este tema. Ver anexo 4.

Dia 12/07 - Reunião GA +UFMG

A reunião contou com 5 membros do grupo de acompanhamento, a bolsista Lumes Ana Carolina Girundi e 11 representantes das cerâmicas do município. O objetivo da reunião foi discutir a situação das cerâmicas e ceramistas no município. O GA apresentou um mapa onde o grupo pontuou e nomeou todas as cerâmicas existentes, bem como sugeriu a criação de novas vias para resolver problemas de transporte. Ver anexo 5.

Dia 19/07 - Reunião GA

A reunião contou com 5 membros do grupo de acompanhamento e um membro da Associação ABELOR. O tema discutido foi a produção agrícola do município, que atualmente é toda vendida para o Ceasa e revendida para o município. Ver anexo 6.

Dia 03/08 - Reunião GA

A reunião contou com 8 membros do grupo de acompanhamento e com técnico da Emater. Foi discutido a formação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e a reativação da Associação de Artesãos e da Associação de Agricultores. Ver anexo 7.

Dia 09/08 - Reunião GA +UFMG

A reunião contou com 3 membros do grupo de acompanhamento, dois membros da ABECOR e a bolsista Lumes Ana Carolina Girundi. O GA apresentou as sínteses das discussões sobre meio ambiente, cultura, patrimônio e saúde e organizou a ida para a reunião na UFMG. Ver anexo 8.

Dia 16/08 - Reunião na UFMG



O encontro ocorreu na Universidade Federal de Minas Gerais e objetivou ampliar e alinhar a interlocução entre Grupo de Acompanhamento, equipe técnica UFMG e Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (ARMBH), assim como avaliar o processo de Revisão do Plano Diretor até a presente data. Foram feitas avaliações da metodologia usada na Oficina de Leitura Comunitária anterior, apresentados os produtos técnicos existentes até o momento e discutida a melhor metodologia e temáticas a serem utilizadas na Oficina seguinte.

Dia 04/09 - Reunião GA

A reunião contou com 3 membros do grupo de acompanhamento, a bolsista Lumes Ana Carolina Girundi, 2 membros da ABECOR, 1 membra da Associação de Artesanato e 4 membros da sociedade civil. Foi discutido a ocupação do antigo prédio da rodoviária, a mobilização para a Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares e foi dado o retorno acerca da reunião na UFMG. Ver anexo 9.

Dia 13/09 - Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares

A Oficina ocorreu na Câmara de Vereadores e foram registradas 85 assinaturas de membros diversos da sociedade, apresentando um quórum menos expressivo que a Oficina Comunitária. Estiveram presentes 4 membros do poder público executivo, 3 do poder público legislativo, 67 membros da sociedade civil, 9 da UFMG e 2 da ARMBH. Após apresentação inicial (acerca do levantamento de dados do município) os participantes se dividiram em dois grupos de discussão cuja temática era o levantamento de propostas preliminares de diretrizes para a Revisão do Plano Diretor.

4.2 Meios de divulgação e mobilização adotados

O GA adotou como estratégias de mobilização (ver Anexo 5) :

Impressão de cartazes;

- Convite presencial em escolas de ensino médio;
- Divulgação através do Whatsapp.

4.3 Principais atores sociais convocados

Para o Oficina de Leitura Comunitária foram alvo de mobilização específica todos os presentes até então nas reuniões do GA e, em especial, alguns atores representativos de outros segmentos diversos:

- Membros das Associações existentes;
- Alunos do ensino médio;
- Moradores do Morro do Cedro.

4.4 Funcionamento do Espaço Plano diretor

O espaço Plano Diretor permanece funcionando em horário comercial, no mesmo horário de funcionamento da biblioteca municipal. A funcionária da biblioteca, Conceição (Sãozinha), acompanha o espaço diariamente. As demandas da equipe LUMEs UFMG, em geral, tem sido bem atendidas. Contudo, a infraestrutura de tecnologia de informação e rede é muito precária e limita bastante algumas ações de integração entre o lado físico e virtual do espaço de produção de informações.

Ao que parece, a população, em geral, ainda não conseguiu conceber o espaço como um centro de informações sobre o planejamento territorial da cidade e ainda há pouco referenciamento da dinâmica do espaço nas diretrizes do projeto LUMEs. O ritmo de visitas, a exceção das reuniões do GA, parece ser mais ou menos o mesmo que havia antes no ritmo normal de funcionamento da biblioteca. Mas o GA tem de fato tomado o Espaço Plano Diretor como referência de espaço para as reuniões internas o local do espaço plano diretor



4.5 Avaliação e considerações gerais

A participação foi considerada pelo acompanhamento da equipe LUMEs como satisfatória e o GA mostrou grande autonomia para fazer reuniões produtivas com e sem a presença da equipe UFMG. Em geral, todos os setores representados no GA se mobilizaram e priorizaram a Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares e se mostraram totalmente solícitos às demandas da UFMG.

Em reunião no dia 16/10 o GA avaliou em reunião que a Oficina foi pouco produtiva, uma vez que a maior parte dos participantes nunca havia participado de nenhuma etapa do processo. Consideraram a metodologia eficiente, porém o resultado pouco propositivo.

O acompanhamento da Equipe LUMEs percebeu um grande empoderamento do GA em relação ao planejamento territorial no curso do processo mas percebe que tem havido uma desmobilização ao longo do tempo. Os próximos passos consistem em reafirmar e fortalecer o Grupo de Acompanhamento para que este continue desempenhando seu papel na etapa final do processo.



5 SÍNTESE DAS LEITURAS TÉCNICAS E COMUNITÁRIAS

Essa seção busca apresentar uma síntese das leituras técnicas e comunitárias construídas ao longo dos últimos produtos e que culminaram na oficina apresentada na Parte 01 deste relatório. Na oportunidade da audiência pública foi exposto um sumário que procurou estabelecer um quadro geral de caracterização e de diagnóstico em relação aos principais desafios e potencialidades do municípios os quais as diretrizes e propostas do Plano Diretor deveriam refletir. Ou seja, a síntese então elaborada procura destacar os aspectos de maior relevância em cada realidade territorial.

Na sequência, esses aspectos, a exemplo do realizado durante a oficina, são apresentados e organizados de acordo com os principais eixos do PDDI num esforço de aproximação e compatibilização entre o os princípios do planejamento metropolitano e o processo de planejamento em escala local, segundo a metodologia proposta para o trabalho. Representa também a tentativa de aproximação entre diagnóstico e proposição numa forma mais orgânica e participativa. Dessa forma, cada subseção representa um desdobramento e uma elaboração pormenorizada da síntese do diagnóstico-propositivo apresentado e discutido na segunda oficina e, em conjunto, constituem a síntese da leitura técnica e comunitária.

5.1 Caracterização Geral do Território Municipal

Rio Manso possui uma população de 5.730 habitantes, segundo estimativas do IBGE para o ano de 2016, sendo que o município é predominantemente urbano (52,5%). Rio Manso vem experimentando um contínuo processo de crescimento demográfico acima da média metropolitana. Ainda que o município tenha apresentado melhorias significativas nos indicadores sociais e de desenvolvimento humano, em 2010, ainda havia mais de 29% da população em situação de vulnerabilidade à pobreza, com um rendimento domiciliar per capita

médio de R\$ 177,30, menos de um terço da média do município, que é R\$ 537,00.

Os dados do Censo Demográfico de 2010 referentes à população e à distribuição de renda segundo setores censitários analisados na Leitura Técnica, apontaram para uma concentração da renda no município de Rio Manso, no entorno da Sede e do distrito de Souza, onde se concentra, também, a população. Contudo, somente pelos dados apresentados, por se tratar de setores censitários mais abrangentes territorialmente, não foi possível identificar aqueles pontos nos quais há maior risco de vulnerabilidade.

Quanto aos parâmetros de uso e ocupação do solo urbano, estudos do PDDI-RMBH apontaram que o Vetor Sudoeste, no qual o município de Rio Manso se insere, é marcado por uma região de baixo crescimento na RMBH. Isso está associado, provavelmente, ao baixo dinamismo econômico local, comparativamente ao Vetor Oeste, que exerce uma forte atração sobre os municípios do Vetor Sudoeste. De modo geral, o crescimento do mercado imobiliário na região se dá, em especial, sobre a área rural, e, dentre esses, alguns casos são impulsionado pelo mercado informal e de autoconstrução.

Uma avaliação da evolução da mancha urbana a partir de imagens-satélite do software Google Earth permitiu identificar alguns pontos de expansão da ocupação no perímetro urbano do município de Rio Manso. De modo geral, foi possível afirmar que houve uma expansão da mancha urbana no município de Rio Manso em período recente, compreendido entre 2002 e 2017, distribuída em alguns pontos ao longo de todo o território: sede, localidade de Bernardas, e distrito de Souza. Esses últimos foram apontados como as áreas de maior carência de infraestrutura no território municipal, sugerindo um possível agravamento da questão com a intensificação de uso nessas áreas. Essa dinâmica tende ainda a reforçar a fragmentação territorial de Rio Manso, observada como uma de suas principais questões territoriais.



É um atenuante o fato de que trata-se, em sua maioria, de uma expansão por motivo residencial de média/alta renda, de modo que não foram identificados vetores de expansão de baixa renda no município.

Os dados de anuência prévia disponibilizados pela ARMBH apontaram, ainda, para um baixo dinamismo do mercado imobiliário formal local, embora informações da Oficina de Leitura Comunitária tenham indicado uma expansão acelerada dos chacreamentos e a ocorrência de loteamentos irregulares em diversos pontos do município. Contudo, uma combinação das imagens-satélite com os dados de vacância elaborados pela Equipa da UFMG no PDDI-RMBH indicou que a dinâmica de expansão urbana no município tem caminhado para um melhor aproveitamento da infraestrutura urbana existente.

5.2 Acessibilidade

A análise empreendida a partir do cruzamento de dados secundários diversos e informações obtidas ao longo do processo de participação social no município de Rio Manso revelou um cenário relativamente favorável ao acesso à moradia no município. Os números identificados em relação ao déficit habitacional foram baixos (apenas 76 unidades, equivalentes a 2,85% do total de domicílios) e, apesar da elevada proporção de domicílios considerados precários (31,6% dos domicílios apresentavam alguma inadequação e/ou serviço básico inadequado), não foram localizadas áreas de concentração de tipologias populares de uso e ocupação do solo no município, apontando para uma dispersão dos mesmos no território.

Em contraponto, foi identificado um número proporcionalmente elevado de imóveis ociosos (290 unidades, equivalentes a 11,8% do total de domicílios), muito superior ao déficit habitacional. Finalmente, foi ainda identificada uma dispersão da ocupação no território de Rio Manso e a existência de problemas relacionados à irregularidade fundiária, particularmente de loteamentos externos



ao perímetro urbano particularmente no vetor sudeste da mancha urbana da sede e no povoado de Viamão, fronteira com o município de Itatiaiuçu.

Já a análise das condições de acesso à saúde e à educação no município de Rio Manso revelou um pequeno número de equipamentos ofertados e sua polarização pelo distrito sede. As percepções registradas ao longo do processo participativo reforçaram esse diagnóstico, apontando para a relação estreita entre as dificuldades de acesso à esses serviços e as condições de mobilidade no município, particularmente o isolamento das localidades de Sousa e Lamas e a precariedade das estradas rurais no município.

Sobre as condições de mobilidade urbana, constatou-se um isolamento crescente do município em relação a RMBH, tendo sido o único a diminuir o número de viagens intermunicipais entre 2002 e 2012. Esse fato é agravado pela baixa cobertura de transporte público metropolitano, com a presença de apenas uma linha regular de ônibus. Ademais, constata-se que a produção de cerâmica no município tem causado problemas ambientais concernentes à circulação dos caminhões pelo espaço urbano, problema que, conforme informado pelo grupo de acompanhamento, já está em vias de resolução com a abertura de novas vias. Por fim, é notória a ausência de calçadas e de condições de acessibilidade universal para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no município, sendo preciso tomar medidas que privilegiem os deslocamentos pelos modos ativos.

5.3 Seguridade

Em termos de seus recursos hídricos, e do saneamento ambiental, Rio Manso é um município que se destaca por ter na água uma de suas principais "mercadorias", sendo tratada para utilização doméstica e industrial no município de Brumadinho. O fato de não possuir ETE, ter produção cerâmica próxima à calha do Rio Manso e episódios de falta de abastecimento e saneamento na área



urbana faz da questão da gestão hídrica na área um tema urgente para a tomada de decisões.

Essa realidade de possuir mananciais hídricos de alta qualidade (Classe 1) à montante do reservatório de Rio Manso sem infraestrutura estabelecida para o tratamento de água e esgoto tem gerado impactos crescentes no município. Isso demanda que os serviços prestados pela COPASA sejam melhorados

No município de Rio Manso 64,08% do território está inserido em áreas de risco geológico muito baixo, baixo e médio (8,95%, 26,87% e 28,26% respectivamente). A porção central próxima à sede do município, apresenta relevo menos acidentado que a região sul e que está associada a solos verticalmente bem desenvolvidos (argissolos) e pouco desenvolvidos (cambissolos). Nessa região a declividade é mais reduzida de forma que os graus de fragilidade geológica foram considerados baixos e médios.

Percebe-se que as áreas inseridas próximas à sede municipal apresentam menores níveis de fragilidade geológica; à noroeste da sede municipal e à oeste da sede de Souza existem áreas identificadas como de fragilidade muito alta, o mesmo ocorre a leste e a oeste (próximo ao limite municipal) do distrito sede. Essas áreas têm como principal fator de definição a suas elevadas declividades, mas também a correlação com áreas de substrato geológico que são responsáveis pela formação de solos desenvolvidos e profundos, mas que, ao estarem associados com maiores declividades, podem gerar situações de risco de movimento de massas.

O município de Rio Manso está integralmente inserido dentro da bacia do rio Manso, que é utilizado como um importante manancial metropolitano. O rio Manso, o Córrego Pinguela, o Ribeirão Itatiaia e o Córrego Samambaia, todos localizados à montante do reservatório de Rio Manso estão inseridos total ou parcialmente no município de Rio Manso e são enquadrados, pela DN nº 14, de 28 de dezembro de 1995 do COPAM como cursos d'água de classe 1, portanto de alta relevância hídrica e com restrições para o recebimento de efluentes.



No que tange as agriculturas, pode-se dizer que em grande parte do território municipal a atividade agropecuária está presente. Destaca-se a produção pecuária advinda em sua maioria da agricultura familiar e a produção de hortifrúti das regiões de Lamas, Bernardas e Souza. Vale ressaltar, que em sua maioria, os modos de produção são baseados no modelo convencional, o que pode gerar diversos conflitos em relação à manutenção dessa atividade. Foi observado esse tipo de produção próxima ao reservatório do Sistema Rio Manso, o que aponta a necessidade de refletir sobre a relação das agriculturas com as áreas de preservação e conservação ambiental, além da sua relação com a definição dos limites das zonas rural e urbana

Para além disso, identifica-se um movimento dos munícipes no sentido de valorizar a atividade agropecuária, sendo registrado no processo participativo a demanda por alternativas a distribuição local de hortifrutigranjeiros que atualmente tem 90% da produção destinada ao CEASAMINAS/BH. Foi também apontada a preocupação com o uso inadequado e abusivo de agrotóxicos que vem ocasionando casos de malformações, deficiências físicas e mentais entre a população que vive próxima da produção. Em contraposição, foram mapeadas produções orgânicas localizadas no distrito de Souza, atendidas pela EMATER; tais iniciativas, podem ser pontos de partida para a adoção de sistemas produtivos mais sustentáveis e capazes de ampliar as possibilidades de consumo de alimentos saudáveis no município e na RMBH.

5.4 Sustentabilidade

No âmbito da Sustentabilidade, especificamente sobre a Proteção Ambiental, observa-se que Rio Manso encontra-se em situação de cautela. O município conta com vasto manancial que tem grande importância à RMBH, contudo assiste nos últimos anos a população observa constante piora na quantidade de água disponível, sendo esta resultado do aumento de formas autônomas de captação de água, assim como a ausência de políticas específicas para a preservação do recurso.



Concomitantemente reconhece-se que o município não possui nenhum instrumento institucional de preservação ambiental. Ou seja, o suposto cenário de escassez é ampliado pela a ausência de políticas específicas de preservação hídrica e de preservação ambiental.

Desse modo, a abundante produção agrícola na região foi constrangida e diminuiu sensivelmente na última década, sendo a ausência de preservação da capacidade hídrica, assim como os meios adequados para a obtenção e manipulação deste recurso um dos motivos para o declínio desta atividade econômica.

Outro aspecto sobre a produção agrícola que teria papel fundamental na sustentabilidade do município por permitir em usos agroecológicos a melhora dos recursos hídricos, assim como a diversidade econômica (um dos principais problemas apresentados pela população), é a falta de meios de promoção da produção realizada, pois não se percebe nenhuma politica de fomento à atividade agrícola (produção ou comercialização).

Ademais, reforçando o caráter hídrico como principal elemento da sustentabilidade no município de Rio Manso, aponta-se a ausência da provisão do serviço de saneamento básico nas áreas rurais do município, assim como o atendimento deficitário deste serviço nas áreas urbanas.

Em termos da estrutura produtiva do município de Rio Manso, percebe-se na atividade de extração de argilas e produção de artigos cerâmicos uma das maiores expressões em termos de emprego de mão de obra. A atividade, no entanto, apresenta expressivos passivos ambientais, sobretudo no que concerne ao consumo de água e preservação de mananciais. Ressalta-se até mesmo uma provocação no sentido de apontar a água como principal "mercadoria" do município, a qual, tratada para uso doméstico no município, é utilizada também para fins industriais no município de Brumadinho, vizinho à localidade.

No que concerne ao setor terciário, o Comércio Varejista apresenta-se como principal setor empregador. Em sua maioria as atividades de serviço são de baixa



complexidade e encontram-se distribuídas de forma bastante desigual no território concentrando-se na sede, em porção norte do distrito de Sousa e em Bernardas.

Ressalta-se por fim que em termos de produção de riqueza monetária, o PIB local variou 245% nos últimos 10 anos cabendo aos Serviços a maior participação percentual e à Indústria a mais expressiva queda em termos de composição do Produto.

5.5 Urbanidade

Em Rio Manso, a sede municipal concentra os equipamentos e entidades ligados à cultura. O patrimônio material edificado foi substancialmente alterado em suas características arquitetônicas originais da formação urbana do antigo arraial. Por outro lado, há edificações isoladas que ainda apresentam características arquitetônicas com alguma relevância no contexto histórico-cultural dispersas na sede municipal, nos distritos e povoados. Na região central da cidade, principalmente no entorno da Praça Fortunato Campos, a altimetria das edificações ainda permite a visualização da mescla da paisagem urbana e rural, incluindo-se as visadas da Igreja Matriz de Santa Luzia. Ressalta-se o acervo de bens móveis e integrados das igrejas e da Casa de Cultura Mildo Rugani. O patrimônio imaterial é expressivo no município, acontecendo em maior volume na sede municipal - Praça Fortunato Campos, no Distrito de Souza e nos povoados de Lamas e em menor volume em Bernardas e Baú. Nos povoados de Morro da Onça e Grota destacam-se as fazendas.

No que tange às áreas de interesse de preservação do patrimônio cultural e natural, foram delimitadas as regiões do **Distrito de Souza** pela presença do patrimônio imaterial, dos povoados de **Bernardas e Baú** pela necessidade de preservação paisagística e ambiental da calha aluvial do Rio Manso em detrimento da atividade industrial das olarias e da **Represa de Rio Manso**, pela necessidade de compartilhamento com a população local do acesso às suas



qualidades ambientais e paisagísticas, de relevância local e para a Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH.



PARTE 02 - DIRETRIZES DE ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL

As diretrizes de estruturação territorial que apresentamos abaixo foram construídas em conjunto com a sociedade civil e o corpo técnico municipal durante a *Oficina do Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares*, terceiro momento formal de participação popular no processo de revisão do Plano Diretor de Rio Manso, realizada sob forma de Audiência Pública municipal.

Os registros dessas análises, bem como a metodologia de trabalho empregada na oficina já foram apresentados na Parte 01. As informações reunidas nos mapas e nas relatorias da Oficina em questão são o principal subsídio para a atual etapa de trabalho. Elas foram compiladas e sistematizadas pela equipe, e serão apresentadas abaixo, no Item 1. A partir dessas diretrizes de estruturação territorial novos mapeamentos foram elaborados pela equipe, resultando na proposta preliminar de estruturação territorial. Tal proposta é composta pelos seguintes mapeamentos básicos, apresentados no Item 2:

- a) **Mapeamento das restrições à ocupação**; contemplando a delimitação dos trechos com restrições à urbanização conforme critérios de declividade, fragilidade geológica e identificação de áreas de maior interesse ambiental;
- b) **Proposta preliminar de revisão do perímetro urbano**; contemplando a demarcação (criação, ampliação, redução e/ou extinção) de novos perímetros de áreas urbanas vis a vis os perímetros vigentes no município;
- c) Propostas preliminares de reestruturação e classificação viária, contemplando a regulação das formas de deslocamento pelo território do município:
- d) **Propostas preliminares da Trama Verde e Azul;** contemplando a territorialização das diretrizes e instrumentos específicos para proteção ambiental, agriculturas; eixos de mobilidade e patrimônio histórico e cultural;

- e) **Proposta preliminar de Uso e Ocupação do Solo**; contemplando a proposta preliminar de estruturação territorial, traduzida em categorias de zoneamento e sobrezoneamento adaptadas do Macrozoneamento Metropolitano;
- f) Compatibilização com o Macrozoneamento Metropolitano; contemplando análise das convergências, divergências e adequações entre a proposta de uso e ocupação do solo e as Zonas de Interesse Metropolitano no município.

Esses mapeamentos foram desenvolvidos a partir dos resultados das Oficinas de Diretrizes e Propostas Preliminares; da sistematização das diretrizes de estruturação territorial do município; das contribuições oriundas do Grupo de Acompanhamento; das análises técnicas realizadas pela equipe com base em dados secundários; das visitas de campo realizadas; e da rodada de reuniões internas realizadas entre a equipe UFMG e Agência em outubro e novembro de 2017. Assim, a proposta teve como preocupação adequar as contribuições técnicas e comunitárias, tendo como referência as diretrizes pactuadas coletivamente. Ressalta-se, ainda, a natureza preliminar dessas propostas doravante apresentadas: as mesmas serão discutidas na *Oficina de Propostas de Estruturação Territorial*, e ajustadas posteriormente nas próximas etapas do trabalho, em diálogo estreito com o Grupo de Acompanhamento do município.



1 DIRETRIZES DE ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL

As diretrizes apresentadas foram elaboradas com base em dois elementos: (i) a proposta metodológica; e (ii) as contribuições da sociedade nas oficinas comunitárias.

A (i) proposta metodológica pactuada (ver Produto 3) foi importante na elaboração das diretrizes no sentido de orientarem a propostas a partir da transdisciplinariedade presente nos eixos e dimensões apresentados no PDDI/RMBH. Assim, as diretrizes procurarão articular as dimensões da urbanidade, sustentabilidade, seguridade e acessibilidade.

O (ii) processo de participação social foi fundamental para a identificação das prioridades em termos de potencialidade e conflito vivenciados no município. As diretrizes desta proposta surgiram precipuamente da Oficina 2, entretanto, contribuíram subsidiariamente as etapas de participação social anteriores entre elas a Oficina Comunitária 1 e as reuniões do Grupo de Acompanhamento.

Esclarece-se que as diretrizes preliminares apresentadas a seguir procuram articular as principais preocupações populares oriundas das Oficinas Comunitárias e reconhecidas nos estudos técnicos: (i) a contenção do perímetro urbano; (ii) a irregularidade do solo; (iii) fragilidade ambiental, sobretudo no que diz respeito aos recursos hídricos; (iv) ausência de ofertas de emprego e renda pela limitação das atividades econômicas no município; e a (v) falta de atividades culturais relativas à própria história e cultura de Rio Manso.

- Estabelecimento do perímetro urbano que reconheça áreas tradicionalmente urbanas do município, favorecendo a conectividade das áreas rurais.
- Identificação das áreas irregulares no município e elaboração de propostas de regularização fundiária que se orientem pela contenção do perímetro urbano, proteção das áreas rurais e a garantia de ocupação compatível com a preservação ambiental.

- 3. Estabelecimento de instrumentos técnico-populares para a fiscalização da irregularidade do solo no município de Rio Manso.
- 4. Fomento à diversificação econômica que potencialize a preservação ambiental, por meio do estímulo às atividades agrícolas e de turismo.
- 5. O apoio à diversificação econômica deve considerar as melhores opções para a geração de emprego e renda na comunidade, sendo preferencialmente direcionado às atividades que contribuam para o desenvolvimento sustentável, como a agricultura agroecológica e o turismo, através de práticas cooperativistas.
- Identificação da produção de cerâmica no município e a elaboração de condicionantes urbano-ambientais para a continuidade sustentável da atividade.
- Promoção da Trama Verde e Azul, identificando as áreas potenciais para a articulação entre a produção agrícola em bases agroecológicas e atividades turísticas.
- 8. Uso da Trama Verde e Azul para o reconhecimento de caminhos alternativos que ampliem a conexão entre as localidades municipais e potencializem a atividade turística.
- 9. Identificação das áreas prioritárias para preservação, demarcando as áreas de preservação pertinente a segurança hídrica do município de Rio Manso.
- 10. Estímulo de formas alternativas e adequadas para captação de água nas áreas rurais, por meio de assessorias técnicas e populares.
- 11. Valorização da memória e cultura local a partir da promoção de atividades culturais e educacionais que resgatem a história e cultura popular de todas as localidades do município.

Inicialmente destaca-se que as diretrizes possuem caráter preliminar e estão dispostas de forma aleatória, não existindo qualquer preferência sobre elas.



Alerta-se, novamente, que estas procuraram relacionar conteúdos para influenciar na formação de políticas integradas no município e RMBH.

Explica-se que as diretrizes 1, 2 e 3 guardam correspondência direta com a demanda por regularização fundiária no município, assim como a preservação das áreas rurais pela não ampliação do perímetro urbano.

As diretrizes 4, 5 e 6, se fundamentam no reconhecimento técnico e popular do ambiente de poucas oportunidades econômicas ao município, assim como a necessidade das atividades tradicionais (agricultura, por exemplo) serem potencializadas de modo sustentável e que, principalmente, garantam a qualidade hídrica do município.

As diretrizes 7, 8, 9 e 10 decorrem das preocupações dos munícipes em ampliarem suas possibilidades produtivas ao mesmo tempo que promovam a proteção ambiental. Ademais, recorda-se que Rio Manso possui poucas formas de ligação intramunicipal, sendo os caminhos disponibilizados pela utilização da trama uma forma de estimular o conhecimento do território, assim como meios alternativos de deslocamento.

Por fim, a diretriz 11, relaciona-se ao reconhecimento social da ausência de políticas no município que promovam o resgate da própria história e cultura local, levando ao desconhecimento da memória do município.

2 ELEMENTOS PARA ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL

2.1 Mapeamento das restrições à ocupação

O Mapa de declividade foi realizado a partir dos valores de altimetria da imagem SRTM Arc1 disponibilizada pelo Serviço Geológico dos EUA e gerado com o apoio do software QGIS, versão 2.14. O mapa de declividade foi calculado em percentual e foi reclassificado de acordo com dois valores de referência que apresentam contextos de maior restrição para a ocupação territorial: 30% a 45%, classificada como média restrição; e mais de 45% de declividade que foi associada à alta restrição para a ocupação.

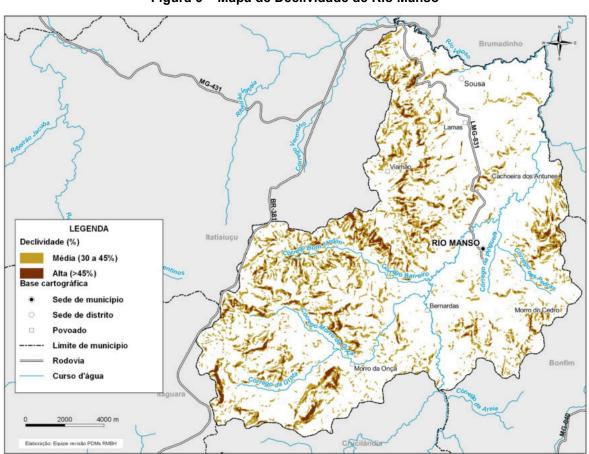


Figura 6 - Mapa de Declividade de Rio Manso

O mapa de fragilidade geológica foi gerado a partir de operação multicritério entre as bases de dados de declividade, de geologia e de pedologia. Para as informações de cada camada foram atribuídos diferentes pesos de análise, considerando as referências e metodologias originais e os estudos associados à dinâmica geológica e ambiental da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O mapa foi reclassificado em valores de fragilidade geológica relativa alta e muito alta. Nessas áreas devem ser considerados riscos de fragilidade para a ocupação que demandam estudos complementares específicos. Da mesma forma, não é possível falar que não existe risco geológico nas áreas em que estão mapeadas como de baixa fragilidade geológica, dada a escala e abrangência do mapeamento.

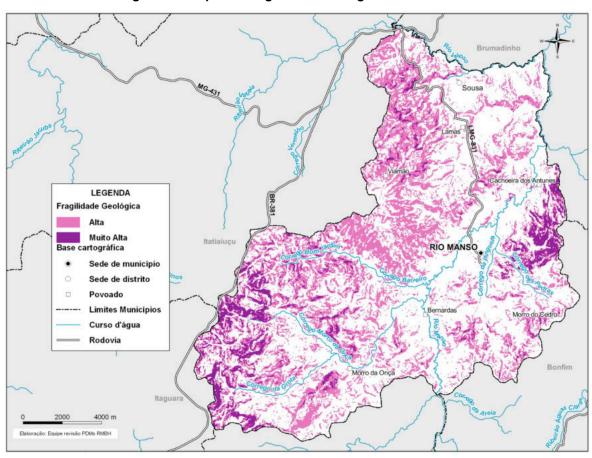


Figura 7 - Mapa de Fragilidade Geológica de Rio Manso

O mapa de interesse ambiental foi gerado a partir da superposição de informações e bases consideradas importantes para as políticas de conservação e de preservação ambiental no território municipal. São apresentadas informações referentes às Áreas de Preservação Permanente (APP) de declividade (calculadas a partir do mapa de declividade previamente apresentado) e de fundos de vale. As APPs são consideradas áreas de forte restrição ambiental para a sua ocupação. São apresentadas também informações referentes às Unidades de Conservação tanto de proteção integral (altíssima restrição para a ocupação) quanto de uso sustentável (menor restrição para a ocupação). Os dados referentes ao enquadramento dos cursos d'água em classes também foram consideradas importantes para a definição de alguns padrões de ocupação que possam gerar impactos difusos ou pontuais de cargas poluentes aos cursos d'água.

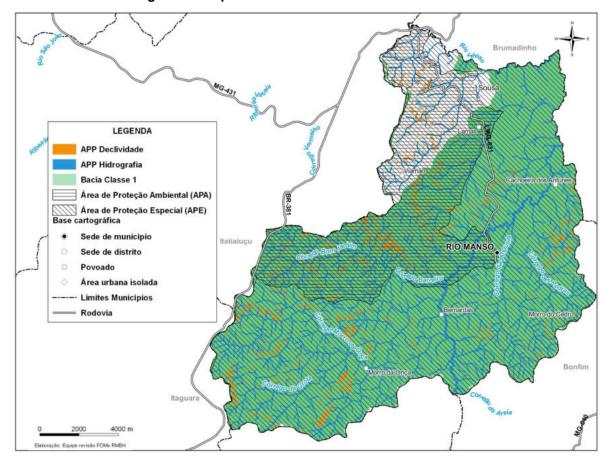


Figura 8 - Mapa de Interesse Ambiental de Rio Manso

O mapa síntese de restrições à ocupação é consolidado a partir das áreas de fragilidade geológica considerada alta ou muito alta, das áreas de relevância ambiental consideradas de alto nível de restrição, como as Áreas de Preservação Permanente de declividade e associadas aos canais fluviais. As áreas indicadas como restrição alta ou muito alto são relacionadas à contextos de alta fragilidade ou risco e sua ocupação deve ser realizada observando essas particularidades e a partir de estudos complementares locais.

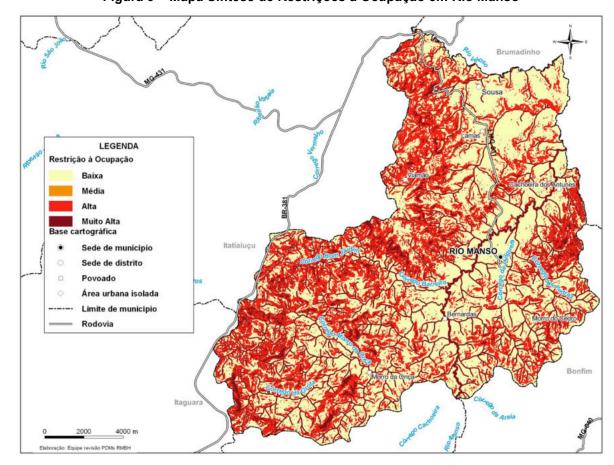


Figura 9 - Mapa Síntese de Restrições à Ocupação em Rio Manso

Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

2.2 Proposta preliminar de revisão do perímetro urbano

A proposta de revisão do perímetro urbano de Rio Manso se orientou por critérios definidos ao longo das leituras técnicas e comunitárias do processo de revisão do



Plano Diretor. O primeiro critério adotado, visando o reconhecimento de áreas urbanas mais consolidadas, ajustou o perímetro ao tecido urbano existente da sede municipal e distritos. A partir do mesmo critério, optou-se por não estender o perímetro aos povoados e localidades, sobre os quais, quando necessário, foram demarcadas manchas de sobrezoneamento com diretrizes de requalificação. Em alguns casos específicos, em função do grau de urbanização, adensamento e consolidação do tecido urbano, bem como em resposta a demandas comunitárias locais, optou-se por criar perímetros urbanos isolados, prevalecendo, entretanto, como diretriz, o desestímulo ao desenvolvimento de urbanizações dispersas pelo território municipal.

O segundo critério procurou seguir as orientações do Artigo 42-B do Estatuto da Cidade quanto ao mapeamento das restrições ambientais à ocupação urbana, conforme o conjunto de mapas apresentado na subseção anterior. Esse conjunto de restrições à ocupação - declividade, fragilidade geológica e interesse ambiental - balizou o desenho das propostas preliminares de ajustes dos perímetros urbanos, tendo como pressuposto que a expansão urbana deve se concentrar em áreas com baixo e médios graus de restrição.

O terceiro critério adotado se refere ao modo como foram tratados os parcelamentos irregulares realizados fora do perímetro urbano em vigor. Nos casos em que tais parcelamentos promovem a continuidade da mancha urbana e onde não há restrições ambientais ou de proteção da área rural, houve reconhecimento da expansão urbana e ajuste do perímetro. Nos casos em que o parcelamento ocorre em áreas onde não se justifica o desenvolvimento de estrutura urbana e estímulo a novos parcelamentos, seja por restrição ambiental, proteção de área rural ou descontinuidade da mancha urbana, não houve ajuste ou criação de novo perímetro. Nestas situações, as áreas passíveis de regularização fundiária desse tipo de ocupação foram demarcadas como Zonas de Diretrizes Especiais destinadas à adoção de políticas e intervenções específicas de requalificação.

Cabe ainda observar que optou-se, nesta etapa de propostas preliminares, pela não definição de uma zona específica de expansão urbana. Entretanto, as áreas de expansão coincidem com os vazios encontrados entre o tecido urbano atual e o novo perímetro urbano, e cada uma dessas áreas recebe um zoneamento urbano. Posteriormente, a essas áreas serão agregados critérios específicos para expansão urbana, como mecanismos de recuperação de parte da mais-valia fundiária decorrente da transformação de áreas rurais em áreas urbanas.

As Figuras que se seguem mostram a proposta de ajuste dos perímetros urbanos em Rio Manso, sendo o perímetro existente representado em azul, o perímetro proposto em vermelho, e as manchas de sobrezoneamento sobre povoados e áreas urbanas dispersas que não enquadram nos critérios que justificam a criação de perímetros urbanos isolados..

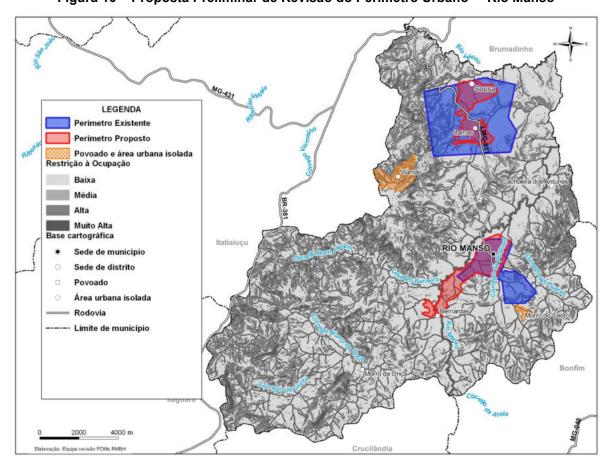


Figura 10 - Proposta Preliminar de Revisão do Perímetro Urbano - Rio Manso

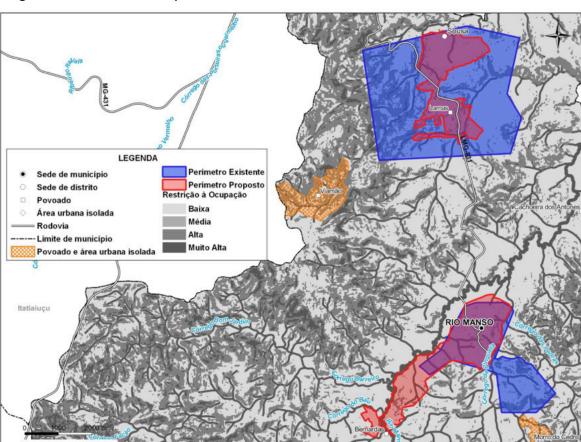


Figura 11 – Detalhe da Proposta Preliminar de Revisão do Perímetro Urbano – Rio Manso

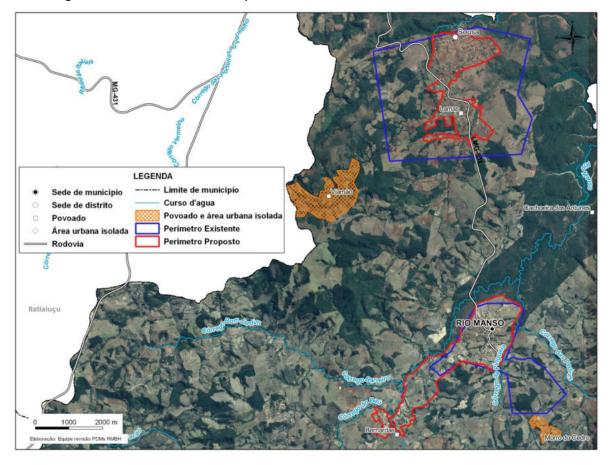


Figura 12 - Vista Aérea da Proposta Preliminar de Revisão do Perímetro Urbano

Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

2.3 Propostas preliminares de classificação e reestruturação viária

A classificação hierárquica e reestruturação viária é uma proposta de regulação das formas de deslocamento pelo território do município, e se baseia nas diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, estabelecida pela lei 12.587/2012, priorizando assim os deslocamentos pelos modos coletivos e ativos (não-motorizados). A proposta se valeu dos levantamentos feitos anteriormente neste trabalho, bem como dos depoimentos registrados nas relatorias das oficinas participativas realizadas no município, nas quais se procurou, especificamente, por comentários a respeito das condições de mobilidade urbana cotidianas. Assim, chegou-se à criação de 11 categorias de vias para o território municipal, que foram definidas a partir de "características desejáveis" de circulação. Elas estão sumariamente resumidas abaixo:



Tabela 2 – Categorias de vias para reestruturação viária

| TIPO DE VIA | ATIVIDADE PREDOMINANTE | MODOS DE TRANSPORTE PERMITIDOS | VELOCIDADE | PAVIMENTAÇ ÃO |
|---|---|--|--|--|
| Via Expressa (ligação metropolitana ou regional) | Trajetos de longa distância entre cidades e regiões veículos em movimento rápido | Somente modos motorizados. Travessias de pedestres em nível diferenciado. | Regulada pela via, geralmente acima de 80km/h | Asfalto |
| Via Rural de integração | Trajetos de média/longa distância entre cidades limítrofes e entre sede e distritos. | Bicicleta e modos motorizados. Travessia de pedestres em nível, com sinalização | Sugestão de 60km/h. Intervenções de diminuição de velocidade em pontos estratégicos | Asfáltica ou permeável. |
| Via Rural de preservação | Trajetos de média e curta distância para a zonal rural do município. Lógica de preservação ambiental do entorno. | A pé, bicicleta, modos motorizados – restrição a veículos pesados. | Sugestão de 30km/h, velocidade reduzida em função das características da via e de seu entorno. | Sem pavimentação ou pavimentação não-asfáltica, permeável |
| Via Arterial | Tráfego para vias expressas, trajetos de médias distância, estruturação do território urbano; | Bicicleta e todos os modos motorizados; Travessia de pedestres em nível, protegida por semáforos. | Sugestão de 50km/h. medidas físicas de diminuição de velocidade em pontos estratégicos. | Pavimentação asfáltica ou permeável |
| Via Coletora | Transição entre vias arteriais e locais (movimento de início e fim de viagens), paradas de transporte público. | Bicicleta, modos motorizados, modos de tração animal. Restrição à carga pesada. Travessia em faixa de pedestres. | Sugestão de 30km/h. medidas físicas de diminuição de velocidade em pontos estratégicos. | Pavimentação asfáltica ou permeável |
| Via Local | Acesso veicular ao uso do solo e domicílios, entrega de mercadorias, veículos lentos em movimento. | Bicicleta, tração animal, modos motorizados. Restrição a ônibus e carga pesada. Travessia livre de pedestres. | Velocidade máxima de 20km/h a 30km/h, possíveis medidas de redução de velocidade. | Pavimentação permeável, preferencialmen te. |
| Via de transição (ou via calma) | Acesso de veículos e pedestres a domicílios, lazer e contemplação, | Convivência entre modo a pé, bicicleta e motorizados leves. | Máxima de 20km/h para possibilitar convivência com segurança. | Pavimentação permeável, não asfáltica, preferencialmen te. |
| Via ciclística | Deslocamentos de pequena e média distância, lazer, esporte. | Exclusiva para bicicleta, travessia de pedestres de preferência sinalizada. | Não se aplica. | Asfalto ou pavimento liso. |
| Via pedonal | Acesso a domicílios e comércio, lazer e contemplação. | A pé e bicicleta. Acesso de veículos leves só para trânsito local. | Trânsito local, 10kmm/h. | Pavimentação não asfáltica. |
| Via rural pedonal-ciclística | Trilha rural, acesso a localidades rurais e cursos d'água. Turismo e lazer. | Exclusivo para bicicleta e a pé. | Não se aplica. | Sem pavimentação. |

Das categorias apresentadas acima, faz-se importante destacar quatro que não são comuns em mapas de hierarquização viária. Trata-se da "Via rural de integração", a ""Via rural de preservação", a "Via rural pedonal-ciclística" e a "Via de transição (ou via calma)". As três primeiras são pensadas para o município em seu espaço para além do perímetro urbano, nas formas de integração e utilização de seu território tido como rural. Assim, a via rural de integração se coloca com a principal função de integrar o território municipal, em especial distritos e sedes, e para se propõe asfaltada e de trânsito relativamente rápido. Para porções do território municipal nas quais o uso não é tão frequente e se pretende resguardar, em especial, características ambientais importantes para a dinâmica ambiental regional, propõe-se vias rurais de preservação, com pavimentação alternativa à asfáltica e velocidade reduzida em relação a via de integração. Por fim, busca-se identificar e propor vias de acesso não-veicular ao território para maior preservação e incentivo ao uso recreativo e ambiental, as assim chamadas "vias rurais pedonais-ciclísticas".

Por sua vez, foi constatada na maioria dos municípios metropolitanos a precária cobertura de calçadas e de condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Por outro lado, constata-se também a dificuldade das autoridades municipais e dos residentes em tomar medidas que tornem homogênea o tratamento dessas vias para pedestres. Partindo-se do princípio de que, em muitos municípios, a via tida como veicular é usada também por pedestres, propõe-se aqui uma "via de transição" entre a calçada e a via local, na qual toma-se medidas físicas e regulatórias para o convívio seguro entre o deslocamento a pé e os deslocamentos motorizados em baixa velocidade. A via também pode ser chamada de "via calma" e tem referências e exemplos em várias cidades do mundo. A diferença, aqui, é a proposição de uma via de transição também para espaços de baixa circulação, como medida de proteção aos residentes e pedestres.

A seguir, são apresentados os mapas de classificação e hierarquização viária de Rio Manso, o primeiro cobre todo o território e o segundo detalha a sede municipal.

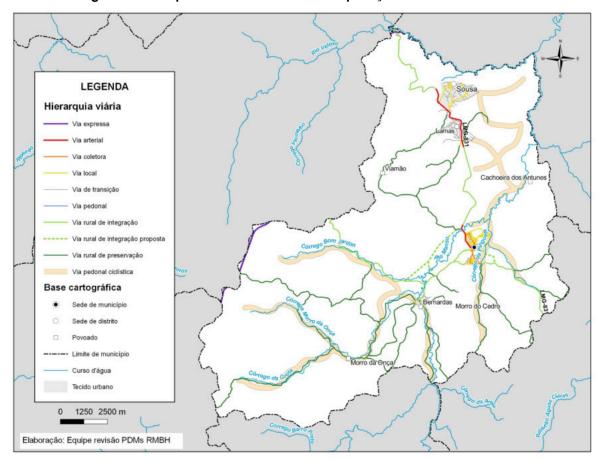


Figura 13 - Proposta Preliminar de Hierarquização Viária - Rio Manso

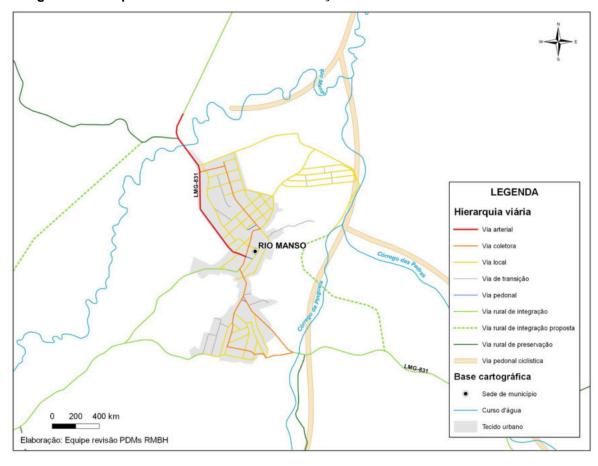


Figura 14 – Proposta Preliminar de Reestruturação Viária na Área Urbana – Rio Manso

2.4 Propostas preliminares da Trama Verde-Azul

A concepção de uma "trama verde-azul metropolitana" está prevista no Projeto de Macrozoneamento e se refere à ideia de um elemento articulador do território metropolitano, que busca assegurar a continuidade entre espaços naturais e rurais na dinâmica urbana da metrópole, incentivando seu uso e sua diversificação.

A proposta tem como elementos base as áreas com presença de vegetação (trama verde) e os rios com suas margens (trama azul), e tem como objetivo fomentar a proteção e recuperação dessas áreas, viabilizar seu uso recreativo de maneira ampla e diversificada, promover a criação de circuitos de mobilidade



ativa (não motorizados), proteger a atividade agrícola e incentivar a produção agroecológica, preservar e valorizar o patrimônio cultural e paisagístico, estimular o turismo ecológico e cultural, e minimizar os riscos ambientais à ocupação. A proposta preliminar aqui apresentada foi construída a partir da sobreposição de análises e sugestões oriundas das leituras comunitárias e técnicas; das propostas preliminares de classificação e reestruturação viária; dos mapeamentos do uso e ocupação do solo urbano e das restrições à ocupação; e das diretrizes e parâmetros do Macrozoneamento Metropolitano (MZ-RMBH).

Tal proposta se articula em torno de cinco temáticas estruturantes que, por sua vez, são compostas por diferentes elementos, descritos na tabela abaixo e identificados no mapa síntese da proposta preliminar da Trama Verde-Azul para o município de Rio Manso que são apresentados a seguir.



Tabela 3 – Elementos que compõem a Trama Verde-Azul

| TEMÁTICA | ELEMENTOS CARTOGRÁFICOS | DESCRIÇÃO | DIRETRIZES |
|---|---|---|--|
| Patrimônio cultural | Pontos de Interesse Cultural Marcos Culturais Patrimoniais | Elementos construídos, edificações e suas respectivas áreas ou lotes; conjuntos arquitetônicos, sítios urbanos ou rurais; sítios arqueológicos, áreas indígenas, espaços públicos; templos religiosos, elementos paisagísticos; conjuntos urbanos, espaços e estruturas que dão suporte ao patrimônio imaterial e/ou a usos de valor socialmente atribuído. | Regiões de interesse, histórico, paisagístico, artístico, arqueológico e ou arquitetônico, em que a proteção e a ampliação do acesso devem ser incentivadas. |
| Agriculturas | Áreas de Incentivo à produção agroecológica | Áreas de produção agrícola (existentes ou potenciais) inseridas ou próximas às ocupações urbanas (dentro ou fora do perímetro urbano proposto) e aquelas próximas aos cursos d'água. | Áreas importantes para a manutenção da seguridade alimentar, dos usos rurais e para a consolidação de práticas produtivas que contribuem para a qualidade ambiental. Devem ser incentivadas as práticas agroecológicas e em transição; o manejo do solo e da água em vistas à seguridade e qualidade ambiental; a produção de alimentos saudáveis e a eliminação do uso de agrotóxicos; e a manutenção dos usos rurais de baixo impacto. |
| Patrimônio ambiental e paisagístico | Marcos paisagísticos e ecológicos Unidade de conservação de usos sustentável | Parques e zonas municipais de preservação ambiental, unidades de conservação e áreas definidas no Macrozoneamento como ZP-1 (Zona de Proteção-1) | Áreas de importância ambiental e paisagística reconhecida que devem ser protegidas, recuperadas e onde usos públicos, recreativos e de turismo ecológico devem ser incentivados. |
| Eixos fluviais principais e áreas de relevância hídrica | Curso d'água APP Fluvial Eixos fluviais principais e áreas de relevância hídrica | Áreas de relevância para a preservação das águas, para a conexão ecológica e para a viabilização do usufruto e acesso universal aos rios. | Áreas de importância hídrica, ecológica e recreativa, que devem ser protegidas e recuperadas. Deve ser incentivada a implantação de sistemas agroflorestais, o acesso universal, a implantação de circuitos de mobilidade ativa, e as atividades recreativas e de turismo ecológico. |
| Rede de acessibilidade e mobilidade ativa | Via Rural de Preservação Via Rural Pedonal Ciclística | Vias e trilhas de acesso à zona rural e aos cursos d'água, sem pavimentação ou pavimentação permeável, de velocidade reduzida, com estímulo ou exclusividade à mobilidade ativa. | Lógica de preservação ambiental do entorno. Vias que se relacionam com a lógica de preservação do entorno, viabilizando circuitos recreativos e turísticos, incentivando a mobilidade ativa. |

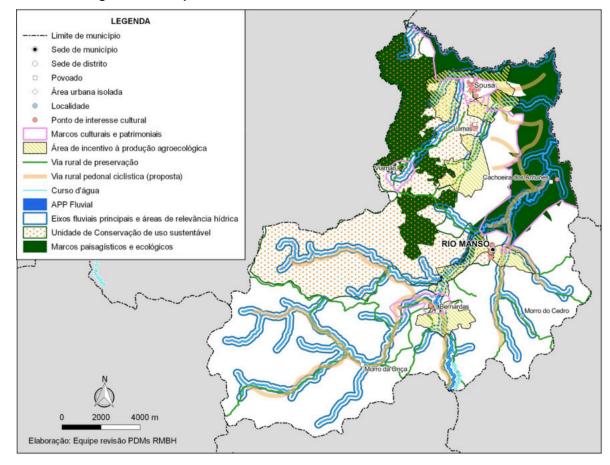


Figura 15 - Propostas Preliminares da Trama Verde Azul - Rio Manso

2.5 Proposta preliminar de zoneamento

A elaboração da proposta preliminar de zoneamento para o controle dos padrões de uso e ocupação do solo no município de Rio Manso, apresentada a seguir, foi construída a partir das diretrizes e propostas oriundas: (i) das duas oficinas participativas realizadas no município, a Oficina de Leitura Comunitária e a Oficina de Diretrizes e propostas Preliminares; (ii) das contribuições levantadas ao longo das reuniões do Grupo de Acompanhamento; (iii) do mapeamento dos tipos de uso e ocupação do solo urbano (iv) da identificação de áreas de restrição à urbanização; (v) do mapeamento dos elementos que compõem a Trama Verde-Azul; e (vi) do Macrozoneamento Metropolitano (MZ-RMBH).



Trata-se de uma proposta composta de zonas e sobrezoneamento cujas categorias foram definidas com o objetivo de simplificar a legislação urbanística do município, agilizando os processos burocráticos de aprovação de projetos e a compreensão da legislação urbanística pela população de forma geral. As categorias de zonas e sobrezonas adotadas teve como referência aquelas adotadas pelo MZ-RMBH que, em atendimento a diretriz específica do PDDI, pretende, de forma unificada, possibilitar também uma leitura integrada dos diversos zoneamentos municipais que integram o território metropolitano. Foram, no entanto, acrescidas às categorias previstas pelo MZ-RMBH, outras que permitissem a adequação da proposta às especificidades da escala local.

A seguir, são apresentadas duas tabelas contendo as categorias adotadas acompanhadas de uma descrição com os objetivos a que se propõem e de exemplos que ilustram as respectivas intenções de uso e ocupação do solo, com destaque para aquelas acrescidas à proposta do MZ-RMBH. Destaca-se que nem todas essas categorias foram necessariamente utilizadas na proposta preliminar de uso e ocupação do solo do município de Rio Manso. Optou-se, contudo, por apresentá-las todas aqui de forma a permitir uma visão do conjunto de categorias que estão sendo utilizadas na revisão de outros Planos Diretores Municipais na RMBH.

Tabela 4 – Categorias de Zoneamento

| NOME | DESCRIÇÃO | INTENÇÕES PARA USO E OCUPAÇÃO DO SOLO |
|---|--|--|
| ZP-1 : Zona de Proteção 1 | Zona de proteção ambiental máxima. | Unidades de Conservação, APA, APE, RPPN, Parques, marcos paisagísticos e ecológicos, etc. |
| ZP-2 : Zona de Proteção 2 | Zona rural ou urbana de ocupação dispersa e/ou baixa densidade orientada ao desenvolvimento da agroecologia, agricultura urbana agricultura familiar, turismo e lazer. | Fazendas, hotéis fazenda, chácaras, sítios etc. |
| ZP-3 : Zona de Proteção 3 | Zona especial de desenvolvimento urbano e preservação ambiental. | Projetos em áreas com atributos ambientais que conciliam adensamento com preservação: clubes; pousadas, equipamentos de uso coletivo, conjuntos residenciais e de uso misto. |
| ZAC-1: Zona de Atividades Complementares 1 | Zonas predominantemente residenciais de baixa densidade. | Condomínios residenciais unifamiliares e de baixa densidade. |
| ZAC-2A: Zona de Atividades Complementares 2A | Zonas predominantemente residenciais de baixa densidade. | Uso residencial unifamiliar de baixa densidade, casa com barração, sobrado de uso misto. |
| ZAC-2: Zona de Atividades Complementares 2 | Zonas predominantemente residenciais de media densidade. | Uso residencial uni e multifamiliar, casa, casa com barracão, sobrado de uso misto, predinho econômico. |
| ZAC-3: Zona de Atividades Complementares 3 | Zonas mistas de media ou alta densidade e complexidade compatível com o desenvolvimento de centralidades locais. | Conjunto comercial conjuntos residenciais, edifícios comerciais e de uso misto. |
| ZDA: Zona de Diversificação e Adensamento | Zonas centrais mistas de alta densidade e grande diversidade e complexidade de usos compatíveis com o desenvolvimento de centralidades regionais metropolitanas. | Edifícios residenciais, não residenciais e mistos verticalizados, galerias e centros comerciais, equipamento de uso coletivo (polos regionais). |
| ZDEI: Zona de Desenvolvimento Econômico e Industrial | Zonas com localização e acessibilidade estratégicas para o desenvolvimento de atividades industriais e de logística. | Galpões, distritos industriais, centros de distribuição e logística. |
| ZEIS-1: Zona Especial de Interesse Social 1 | Áreas que demandam regularização fundiária de assentamentos precários ou com infraestrutura urbana deficiente. | Vilas, favelas, loteamentos irregulares e assentamentos precários. |
| ZEIS-2: Zona Especial de Interesse Social 2 | Áreas vazias ou subutilizadas que devam ser parceladas e ocupadas a partir de intervenções que promovam infraestrutura urbana e núcleos habitacionais. | Áreas vazias ou subutilizadas integradas ao tecido urbano, apropriadas ao parcelamento e ocupação, com boa acessibilidade e boas condições topográficas. |



Tabela 5 – Categorias de sobrezoneamento

| NOME | DESCRIÇÃO | INTENÇÕES PARA USO E OCUPAÇÃO DO SOLO |
|--|---|---|
| ZDE-REQ : Zona de Diretrizes Especiais – Requalificação | Áreas em que demandam complementação e/ou melhoria da infraestrutura e/ou requalificação urbanística e/ou regularização fundiária. | Áreas consolidadas com infraestrutura deficiente, áreas consolidadas irregulares, áreas centrais que demandam projetos de requalificação urbanística e ambiental. |
| ZDE-MIN : Zona de Diretrizes Especiais – Mineração | Territórios minerários a serem recuperados quando degradados e integrados à Trama Verde-Azul. | Territórios minerários em atividade ou não. |
| ZDE-GE : Zona de Diretrizes Especiais – Grandes Equipamentos | Áreas destinadas a grandes equipamentos de interesse coletivo existentes ou previstos. | Presídios, estação de tratamento de água e esgotos, terminal multimodal, subestação, etc. |
| ZDE-ZIL : Zona de Diretrizes Especiais – Indústria e Logística | Áreas onde há interesse estratégico em privilegiar a instalação de atividades industriais e de logística. | Complexos industriais, parques tecnológicos, zonas de atividades econômicas especializadas, distritos industriais não poluentes e outras atividades econômicas conviventes com o uso residencial. |
| ZDE-ROD : Zona de Diretrizes Especiais – Rodovias | Áreas prioritárias para atividades econômicas, logística e tratamento ambiental ao longo de rodovias. | Trechos rodoviários em zona urbana com tratamento urbanístico diferenciado e exclusivamente destinado a usos não residenciais. |
| ZDE-PAC : Zona de Diretrizes Especiais – Patrimônio Cultural | Áreas para a proteção e ampliação do acesso aos bens de valor histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico e paisagístico. | Edificações, conjuntos arquitetônicos, sítios naturais, sítios arqueológicos, áreas indígenas, espaços públicos, templos religiosos e estruturas que dão suporte ao patrimônio imaterial. |
| ZDE-AMB : Zona de Diretrizes Especiais – Ambientais | Áreas para recomposição florestal de áreas degradadas, contenção de materiais sedimentares, sistemas agroflorestais, e adequação de técnicas de manejo do solo. | Áreas de relevância hídrica e ecológica, considerando a conectividade de sistemas ambientais e a estruturação de práticas de menor em impacto em áreas frágeis. |
| ZDE-AGR : Zona de Diretrizes Especiais – Agroecologia | Áreas com incentivos para produção agroecológica e em transição; manejo de uso do solo e da água; produção de alimentos saudáveis; manutenção dos usos rurais de baixo impacto. | Áreas importantes para a manutenção da seguridade alimentar, dos usos rurais e de consolidação de práticas produtivas de menor impacto ambiental. |

A seguir, são apresentados dois mapas que sintetizam a proposta preliminar das categorias de uso e ocupação do solo para Rio Manso: o primeiro traz o

zoneamento e o segundo as zonas de diretrizes especiais que compõem o sobrezoneamento que incide sobre as primeiras.

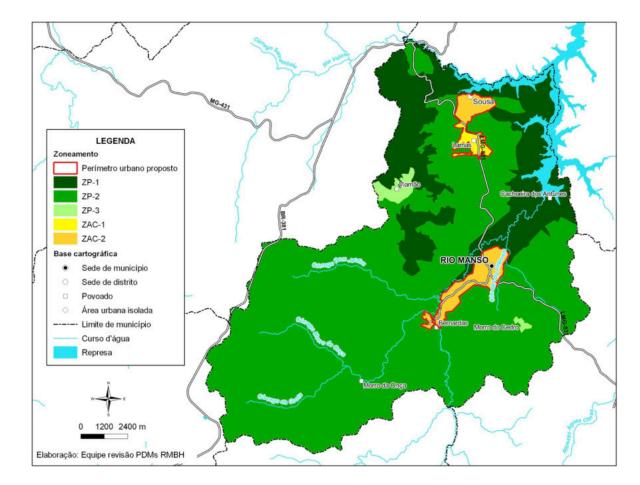


Figura 16 – Proposta Preliminar de Zoneamento Municipal

Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

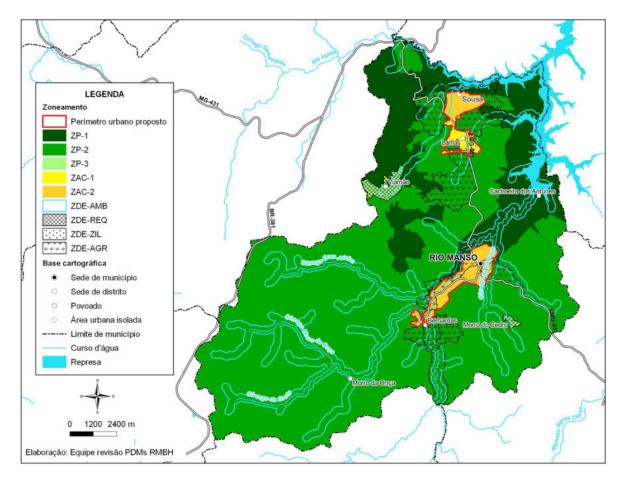


Figura 17 – Proposta Preliminar de Sobrezoneamento Municipal

2.6 Compatibilização com o Macrozoneamento Metropolitano

Dois critérios orientaram a compatibilização entre a proposta de estruturação territorial do município e o Macrozoneamento Metropolitano (MZ-RMBH). O primeiro, a opção de que as categorias de zoneamento e sobrezoneamento estabelecidas na proposta de estruturação territorial do município tomariam como referência a nomenclatura e faixas de parâmetros estabelecidos pelas macrozonas e as zonas de diretrizes especiais metropolitanas adotadas pelo MZ-RMBH. O objetivo é a melhor compatibilização, na escala metropolitana, entre as categorias, nomenclaturas e parâmetros urbanísticos adotados no plano diretor em revisão.

O segundo critério foi a compatibilização e especificação, em escala local, das manchas de zoneamento е avanços conceituais propostos pelo Macrozoneamento Metropolitano, especialmente nas áreas do município demarcadas como Zona de Interesse Metropolitano (ZIM). Ao mesmo tempo, conforme apontado na metodologia do trabalho (Produto 3), tal compatibilização entre as propostas metropolitanas e as propostas municipais buscou a efetiva implantação do Macrozoneamento sem prejuízo do interesse local e dos processos de participação e aprofundamento técnico realizados ao longo da revisão do Plano Diretor. Decorre dessa consideração necessários ajustes sobre a proposta do MZ-RMBH que, no caso de Rio Manso, está representada na figura abaixo que permite identificar as principais diferenças entre a proposta do MZ-RMBH e a proposta de estruturação territorial do Município.

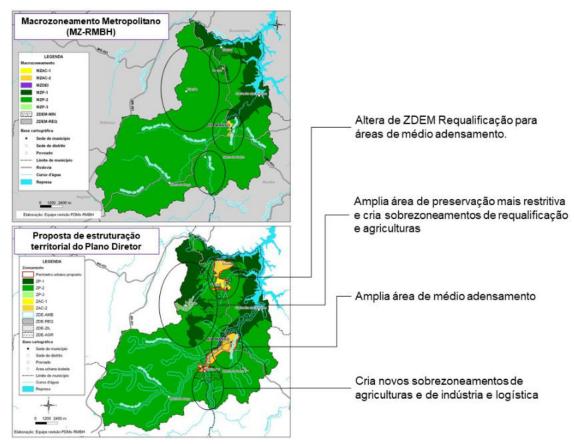


Figura 18 – Comparação com Macrozoneamento Metropolitano

Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017



Dessa forma, a proposta de estrutura territorial proposta para o Município de Rio Manso, é compatível com o macrozoneamento metropolitano, promovendo quatro pequenos ajustes, a saber: (a) a atualização do limite e alteração da categoria de ZDEM-REQ para um zoneamento de ZAC1 e ZAC2 nas duas áreas urbanizadas localizadas a norte do município que agora passam integrar o perímetro urbano; (b) o aumento de restrição na porção noroeste, ampliando a mancha de ZP1, atrelada ao acréscimo de sobrezoneamentos necessários frente à especificidades identificadas; (c) a ampliação da área de ZAC1 e ZAC2 na sede municipal em direção à área de expansão da cidade, proposta de alteração também relacionada à ampliação de perímetro urbano; e (d) proposição de novas manchas de sobrezoneamento no vetor sul de expansão urbana, necessários para o planejamento da dinâmica urbana identificada.



ANEXO I – MINUTA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO

(LOGOMARCA DA PREFEITURA)

A Prefeitura Municipal de XXXXXXXXXXX { (e caso exista)... e o Conselho das Cidades} convida (m) para a Audiência Pública: Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares de Revisão do PLANO DIRETOR de XXXXXXXXXXXXX. O evento faz parte da elaboração do Diagnóstico Propositivo Participativo proposto no desenvolvimento metodológico da Revisão do Plano Diretor municipal e tem por objetivo apresentar e discutir o diagnóstico síntese preliminar que subsidia o Diagnóstico Propositivo Participativo; e debater as diretrizes iniciais para as propostas de reestruturação territorial.

Data: xxx de XXXXXX 2017, XXXXX-feira

Local: XXXXXXX (ex. auditório...) Rua xxxxxxz, número xxxx, bairro xxxxx **Horário:** das XXXXXXX 18h as XXXXXXX 21h30min (3 horas e meia de duração)

Participantes: Representantes do Poder Público municipal e estadual, da Câmara dos Vereadores, dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, das entidades metropolitanas, da Equipe técnica da UFMG e da Agência Metropolitana, bem como da população em geral.

Pauta: (1) Informação da evolução do Processo de Revisão do Plano Diretor do município. (2) Apresentação e discussão do Diagnóstico Síntese Preliminar; (3) Realização de Oficina Participativa para a manifestação dos participantes, no intuito de definir as diretrizes das propostas de reestruturação territorial, conforme a proposta metodológica da Revisão do Plano Diretor.

Município, data XXXXXXXXXXXXXXXX

Nome do Representante (eventualmente) Representante do Conselho das Cidades



ANEXO II – LISTA DE PROVIDÊNCIAS PARA ORGANIZAÇÃO E LOGÍSTICA DA OFICINA

Aos responsáveis pela organização da Audiência Pública: Oficina de Leitura Técnica

Alguns lembretes de providências necessárias para garantir a qualidade na organização e na logística da Oficina:

1. Credenciamento:

Mesa para o credenciamento

Duas pessoas para colaborar

Obs.: equipe de mobilização (UFMG) está responsável pela lista de presença.

2. Trabalho em grupo (roda de conversa):

Dois espaços amplos apropriados para a dinâmica de grupo Haverá três mapas que devem ser afixados em um suporte (parede, quadro, muro, etc..)

3. Lanche

A critério da prefeitura

4.Projetor (datashow)

Notebook

Local adequado para projeção (telão ou parede lisa e branca)

Observação: não será necessário cerimonial da prefeitura e/ou câmara municipal. A abertura ficará por conta do/a prefeito/a ou representante

ANEXO III - MATERIAL GRÁFICO DE APOIO À MOBILIZAÇÃO

Convite



A Prefeitura Municipal, a Agência de Desenvolvimento da RMBH e a Universidade Federal de Minas Gerais, convidam para a Audiência Pública: Oficina de Leitura Técnica do Processo de Revisão do Plano Diretor do Município de **Rio Manso**.

Data: 13 de Setembro de 2017, quarta-feira

Local: Câmara Municipal de Rio Manso

Rua Vicente Luiz da Silva, 144, Bairro Souza Lima

Horário: 18h:00 às 21h:30

Pauta: (1) Informação do Processo de Revisão do Plano Diretor do município;(2) Apresentação e discussão do Diagnóstico Síntese Preliminar pela equipe da UFMG;

(3) Oficina Participativa para a definição coletiva de Diretrizes para proposta de

reestruturação territorial de uma Rio Manso melhor de se viver.

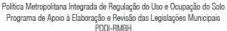






planoDiretor











ANEXO IV – PROGRAMAÇÃO DA OFICINA

Programação

Plenária

Abertura | Credenciamento, Acolhida
 Institucional, Apresentação dos Presentes, Pauta

Balizamento | Apresentação do Projeto e
 Diagnóstico Síntese do município

Rodas de conversa 1h30'

Questões instigadoras + Proposição de diretrizes

Plenária 30'

- 1. Relatos
- 2. Fechamento

ANEXO V – LISTA DE PRESENÇA – OFICINA

| Inde Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares de Revisão do Plan Indiação Institucional e-mail UFMG PUCMinas PUCMinas Brunofinpl@gmail.com EA/UFMG Ganielmedeirosdeficitas@gmail.com IGC/UFMG Ganiadil.auc@gmail.com EAU/UFMG Ganiadil.auc@gmail.com EAU/UFMG IGC/UFMG IGC/UFMG Parangolé helo.and@uol.com.br Parangolé helo.and@uol.com.br Parangolé helo.and@uol.com.br Lzabela hendrix leandrodeaguiar@yahoo.com.br | 13 12 | = | 10 H | 9 | 8 | 7 (| 6 | 5 [| 4 | 3 | 2 E | - | T91> | |
|--|---|--------------------------------|----------------------------|--------------------------|------------------------------|---------------------|---------------------------|------------------------|-----------------------------------|-----------------|----------------------|------------------------|--|--|
| Indiação Institucional e-mail UFMG UFMG D'UCMinas D | Lais Grossi Leandro de Aguiar e Souza | João Bosco Moura Tonucci Filho | Heloisa Soares Moura Costa | Heloisa Schimidt Andrade | Hildelano Delanusse Theodoro | Geraldo Costa | Eduardo M. Memória | Daniela Adil | Daniel Medeiros de Freitas | Clarice Libânio | Bruno Fernandes Lima | André Veloso | Audiência Pública: Oficina de Dia Vome | |
| tocal Audition - FraceUFMG Commit | Izabela hendrix | IGC/UFMG | IGC/UFMG | Parangolé | | IGC/UFMG | EAU/UFMG | IGC/UFMG | EA/UFMG | UFMG | PUCMinas | UFMG | gnóstico Síntese, Diretr filiação Institucional | |
| Assinatura Assinatura Assinatura | grossideoliveira.lais@gmail.com leandrodeaguiar@yahoo.com.br | jontonucci@gmail.com | heloisasmcosta@gmail.com | helo.and@uol.com.br | hildelano@yahoo.com | gemcostal@gmail.com | cduardonmemoria@gmail.com | daniadil.auc@gmail.com | danielmedeirosdefreitas@gmail.com | | brunofmpl@gmail.com | andrebveloso@gmail.com | izes e Propostas Preliminares de Rev e-mail | Local A |
| RIO MANSO 13/0 | 5. | | | Mudade | | (| h | | | | B | * | visão do Plano Diretor de RIO MANSO 13/0 Assinatura | Horário: 9h Mauditório - /Face/UFMG |

| = | Nome Leopoldo Curi | filiação Institucional e-mail EA/UFMG leopoids | cional |
|----------|---------------------------------|--|--|
| 15 | Luciana Bizzotto | UFMG | 14 |
| 16 | Luiz Felype B. Almeida | NPGAU//UFMG | |
| 17 | Marcos Brito | UFMG | |
| 18 | Marcos Gustavo Pires de Melo | UFMG | |
| 19 | Mariana Moura | EA/UFMG | |
| 20 | Matheus Romualdo | | |
| 22 | Nilo Nascimento | EA/UFMG | niloon@chr.ufmg.br |
| 24 | Roberto Luís Monte-Mór | Cedeplar/Face/UFMG | G monte-mor@cedeplar.ufmg.br |
| 25 | Rodolfo Alexandre Cascão Inácio | Parangolé | ocascao@gmail.com |
| 26 | Rodrigo Lemos | IGC/UFMG | rslemosbh@gmail.com |
| 27 | Tiago Guerra | | tiguerra@gmail.com |
| 28 | Thais Nassif | EA/UFMG | 4 |
| 29 | Thiago Flores | TO THE | thaisnassif@gmail.com |
| 30 | | LUMEs | thaisnassif@gmail.com thiagoduarteflores@gmail.com |

Parent

| Alice Remó Ana Carcilia da Costa Paulo Henrique da Costa Ana Flávia Porto Maia LUMEs LUMEs LUMEs Ana Carolina Annoni LUMEs LUMEs Anacarolnama@@gmal.com LUMEs ph-helodoro@hotmal.com LUMEs/Mobs marianatomeli@gmal.com LUMEs/Mobs marianatomeli@gmal.com Ph-helodoro@hotmal.com Marianatomeli@gmal.com LUMEs/Mobs Marianatomeli@gmal.com Marianatomeli@gmal.com LUMEs/Mobs Mari | | | | |
|--|----|---------------------------------|------------|---------------------------|
| Ana Carolina Amoni LUMEs Podro Heliodoro LUMEs Ph-teliodoro@hotmail.com LUMEs/Mobs marianatorneli@gmail.com Victor Gabriel de Souza Lima Talis Freire de Andrade Clark Alice Rennó Alice Rennó Jessica Barbosa Amorim Paulo Henrique da Costa Ana Cecília de Souza Wladimir Felipe Drumond Pereira Wladimir Felipe Drumond Pereira Alisson Henrique Couto | 31 | Cintya Ornelas | LUMEs | cintyaomelas@gmail.com |
| Pedro Heliodoro LUMEs Ph-heliodoro@hotmail.com Mariana Tornelli LUMEs/Mobs marianatornell@gmail.com Victor Gabriel de Souza Lima Tais Freire de Andrade Clark Alice Rennó Alice Rennó Jessica Barbosa Amorim Jessica Barbosa Amorim Paulo Henrique da Costa Ana Cecilia de Souza Wladimir Felipe Drumond Pereira Wladimir Felipe Drumond Pereira Alisson Henrique Couto | 32 | Ana Carolina Amoni | LUMEs | anacarolinamag@gmail.com |
| Mariana Tornelli Victor Gabriel de Souza Lima Tais Freire de Andrade Clark Alice Rennó Jessica Barbosa Amorim Paulo Henrique da Costa Ana Cecilia de Souza Ana Flávia Porto Maia Alisson Henrique Couto | 33 | Pedro Heliodoro | LUMEs | ph-heiiodoro@hotmail.com |
| Victor Gabriel de Souza Lima Tals Freire de Andrade Clark Alice Rennó Jessica Barbosa Amorim Paulo Henrique da Costa Ana Cecília de Souza Wladimir Felipe Drumond Pereira Wladimir Felipe Couto Alisson Henrique Couto | 34 | Mariana Tornelli | LUMEs/Mobs | marianatornelli@gmail.com |
| Tais Freire de Andrade Clark Alice Rennó Jessica Barbosa Amorim Paulo Henrique da Costa Ana Cecília de Souza Wladimir Felipe Drumond Pereira Alisson Henrique Couto Ana Flávia Porto Maia | - | Victor Gabriel de Souza Lima | | |
| Alice Rennó Jessica Barbosa Amorim Paulo Henrique da Costa Ana Cecilia de Souza Wladimir Felipe Drumond Pereira Alisson Henrique Couto Ana Flávia Porto Maia | | Tals Freire de Andrade Clark | | |
| Paulo Henrique da Costa Ana Cecilia de Souza Wladimir Felipe Drumond Pereira Alisson Henrique Couto Ana Flávia Porto Maia | | Alice Rennó | | |
| Paulo Henrique da Costa Ana Cecilia de Souza Wladimir Felipe Drumond Pereira Alisson Henrique Couto Ana Flávia Porto Maia | | lessica Barbosa Amorim | | |
| Ana Cecilia de Souza Wladimir Felipe Drumond Pereira Alisson Henrique Couto Ana Flávia Porto Maia | _ | Paulo Henrique da Costa | | |
| Wladimir Felipe Drumond Pereira Alisson Henrique Couto Ana Flávia Porto Maia | - | Vna Cecília de Souza | | |
| Alisson Henrique Couto Ana Flávia Porto Maia | | Vladimir Felipe Drumond Pereira | | |
| Ana Flávia Porto Maia | | Jisson Henrique Couto | | |
| | | na Flávia Porto Maia | | |

Horário: 9h Local Auditório - /Face/UFMG

| Equipe ARMBH Mateus Almeida Nunes ARMBH Sabrina Rocha ARMBH Camila Knauer ARMBH Julia Laborne ARMBH Julia laborne@agenciarmbr.mg.gov.b |
|---|
| Institucional e-mail sabrina.rocha@agenciarmbh.mg br camila.knauer@agenciarmbh.mg r |
| e-mail Assinatura Sabrina rocha@agenciarmbh.mg.gov. br camila.knauer@agenciarmbh.mg.gov. br julia.labome@agenciarmbr.mg.gov.b r |
| Gov. Assinatura Assinatura Ov. b |
| |

80

João de Souza Costa

Sociedade Civil Sociedade Civil

99683-4442

3573-1196

rio.manso@emater.mg.gov.br

Abelardo Pereira lopes

07

90

Luzia Macedo de Jesus Castro

Sociedade Civil

99668-1054

Legislativo

99506-3114

luziacamarariomanso@gmail.com

range

5.

Legislativo

99727-7800

Executivo

DPRIOMANSO@gmail.com jaribeiro28@yahoo.com.br

saozinharm@gmail.com

seteamado@gmail.com

Executivo

99872-2623 3573-1100

Executivo Instituição

Telefone

E-mail

Assinatura

05

Luzia das Graças de Sousa

04

Amado Sete Alves Oliveira Clério Raniê Soares

03

02

Jarbas Alves Ribeiro Conceição de Souza Prado Ord.

Nome Completo

01

Participantes

Local: Câmara Municipal de Rio Manso





Audiência Pública: Oficina de Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares de Revisão do Plano Diretor de RIO MANSO Data 13/09/2017 Horário: 18:00

MODELO ARMBH - Lista Presenca.doc RIO MANSO.doc Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde - Prédio Gerais – 13º andar Belo Horizonte-MG / CEP 31.630-901

Página 1 de 4

19

18

17

16

15

14

13

12

Vilsimar de Souza Marques

Sociedade Civil

vilsimarques@gmail.com

Sociedade Civil

Sociedade Civil

carolverduras@hotmail.com

Maria José Pereira

11

Sirlene Aparecida Narcizo



Ord.

9

Wanduil Queiroz Costa

Sociedade Civil





| Our Cost | Nome Completo | |
|------------|---------------|--|
| | Instituição | |
| 99857-1311 | Telefone 1 | |
| | E-mail | |
| | | |

Assinatura

MODELO ARMBH - Lista Presenca.doc RIO MANSO.doc Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Beirro Serra Verde - Prédio Gerais – 13º andar Beio Horizonte-MG / CEP 31.630-901

Página 2 de 4



plano Mer rapolicano
de Planos
Diretores RMBH
Revisão Diretores

Local: Câmara Municipal de Rio Manso Audiência Pública: Oficina de Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares de Revisão do Plano Diretor de RIO MANSO Data 13/09/2017

Horário: 18:00

Participantes

| 08 | 97 | 06 | 05 | 04 | 03 | 02 | 01 | Ord. |
|---|-------------------------------|--|--|---|--|---|--|---------------|
| Georgia gradelie Antura | manico | Ana Carla Interes | how this of de Olivera I. Istamed open 19791 | Ratio Beating Intimo | Los movia Bonge Escala Estadual 39895380 | Luciveia R. R. F. Morel | Luciron Elevation Cacola Catadual | Nome Completo |
| E. E. LUIZ GORVES | E. Etaduel | E. Estadual | I Istadial o | Encola Estadual | Escala Estadual | Escola Etalual | | Instituição |
| 99321510 | 19209tt6 | 998755105 | 1 best 78 b | 99817.5390 | 39835380 | 9974767 | 2 0488468 | Telefone |
| ice gradeles Antwar F.E. LUIZ QUEVES 198321510 dudalaure of combi | Misual Denue - some 4000 + +6 | ma Parla Intern E. Estadual 998755105 antimesonacana Theoris | 1 | is bottom bacola Estadual 99817-5390 Kalabantunesmando com be | 1 0 | Lucineia RR3 Macul Excela Etalual 397471574 Mucinevariana (a) | 9942870 & lucineadorgasohtmaida | E-mail |
| A. | | 0 | Die | oc.com.bs. Wille | | value con la. | The state of the s | Assinatura |

MODELO ARMBH - Lista Presenca.doc

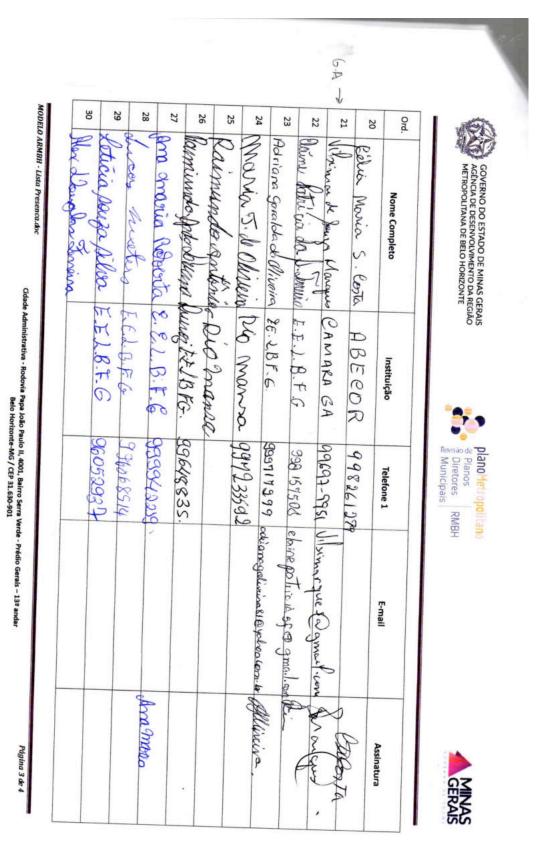
Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde - Prédio Gerais — 13º andar Belo Horizonte-MG / CEP 31.630-901

Página 1 de 4



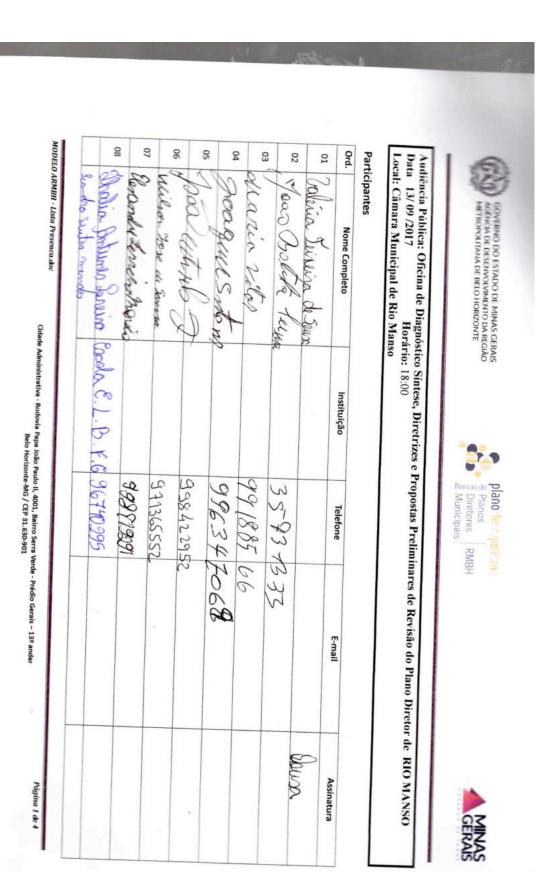
| METROPOLITANA DE BELO HORZONTE Nome Completo Nome | Nome Completo Nome C | 16 17 18 18 19 MODEL | 11 11 10 09 | Ord. |
|--|--|------------------------------|--|---|
| Instituição Refertuso Reference Rossov Ros | Instituição Telefone I Emiliano Supersonjondu (SI) 97/32032 professoriondu (SI) 97/320465 Sueliparreirondu (SI) 97/320465 | Themas | Spanico de la | AGÉNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA RE METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE Nome Completo |
| | SI) 999/63129 Auxilian Suman SI) 999/63129 Auxilian Suman SI) 999/63129 Auxilian Sum SI) 9983115334 Auxilian Sum SI) 9983115334 Auxilian Sum SI) 9983115334 Auxilian Sum SI) 999/150465 Sueliparaeirane SI) 999/150466 SI) 999/1504 | E Estadual Condinado do Con | Pushetura Possov Rofessov C. Cotoda E. Cotoda II | |
| | E-mail Buyilan Suries Braices Bujilan Suries Braices Suchpassers of phase Com. 50 Such passers of phase Com. 50 Such pa | 31 855148 | (31) 999132032 (31) 999163129 (31) 983115394 (31) 983115394 (31) 999150465 | plano ne ropolian de Planos Diretores RMBI RMUNICIPAIS |

planoDiretor



Página 3 de 4





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Ord.

Nome Completo

Instituição

Telefone 1

E-mail

Assinatura

9

C. E. C. L. Congression Same 3. 22

12

11

10



es Planos
Significantes Directores RMBH
Res Municipais

MODELO ARMBH - Lista Presenca.doc

18

19

17

16

15

14

13

Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde - Prédio Gerais — 13º andar Belo Horizonte-MG / CEP 31.630-901

Página 2 de 4



MODELO ARMBH - Lista Presenca.doc





Audiência Pública: Oficina de Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares de Revisão do Plano Diretor de RIO MANSO Data 13/09/2017

Horário: 18:00 Local: Câmara Municipal de Rio Manso

Participantes

| | 80 | 07 | 06 | 05 | 04 | 03 | 02 | 01 | ord. |
|-----------------------|-------------------|-----------------------------------|--------------------------|-----------------------------|-----------------|----------------------|-----------------|--|---------------|
| Bellier to Country | Electricas at the | 5 | botta lana lika li Musio | Elian J.S Reduces | Ime E Dong Pors | Chemica ob O. Scaran | Show Part do Co | Q1610 Pocho | Nome Completo |
| 100 | | Day Many | 11 | 1-1 | | = } | _ | Charle | Instit |
| Na 450 | 3 | 33.55 | (' | = | | | 11 | Cthalia | Instituição |
| 18.5 May 50 981413939 | | 0000 | 3199828199 | 36700000 | 1010000 | diam's to | 955385761 | geograph | Telefone |
| | | mach all month motor of an armine | The same of the same | 9770000 Minimum & x 20. Ca. | D. L. B. L. | 97387077 | CHERT BUNDERS | Escala Estadial againersoli ribalance a intermedia | E-mail |
| | - CANTERS E | Com Justice | My Million | | | Barris | | P | Assinatura |

Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde - Prédio Gerais – 13º andar Belo Horizonte-MG / CEP 31.630-901

Página 1 de 4



MODELO ARMBH - Lista Presenca.doc

19

18

Caid act asings

Eardo Estadual

9952450 Number Davi Topmondam

B7855349

Reas Which some Com

excela

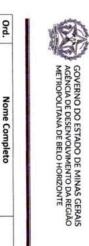
35294664 andownysource, camps pagner

and my of the comments of the Comments of

738386

17

16







Assinatura

| | _ | _ | | | _ | 55 |
|---------|---|---|--|---|--|---|
| Cscola | 1580 | Christa | Espela N | 3 20023 | Ins | ião |
| Estadi | 1 Estap | Estada / | www.bod | Skolust | stituição | *8% |
| 0 | 120 | 3 | 2 | LO | | Revisão de |
| 39949 | 1862 | 999 Sc | 8888 | 2414 | Telefor | Revisão de Planos Diretores Municipais |
| 6837 | 18525 | 0399 | 579 | 202 | ne 1 | RMBH |
| Muc | ans | سطور | Vand | Sandra | | <i>x</i> , |
| Silina | الاسلام | oder and | rdles6 | dono | m | |
| Lum | mond | So has | mai | 201502 | mail | |
| NO VIEW | Ohoto | Samuel ! | l.com | @hodine | | |
| Banka | mil | Our - |) (3) | 63 | | |
| 7 | 100 | 8) · | Meno | E CO | Þ | |
| Janne | A SE | 3 | | ξ. | ssinatura | 07 |
| | Cseda Estadua 99949683+Mhuahilmaliennas Cynamones (Munn | Escala Estadual 984 218525 anomiliar Moderna Doggan | Escal A Estadual 99949683+Mhuahilinationerical yawanna Munin | Essela Minimpel 98888579 Vanda clisermail com pouga Contrata Estabula 999500399 volundre gille hat mil tem (DA) and Essel A Estabula 984 218525 Ammilian Leonard John Millian Contrata (DA) and Contrata Contrata | Escola Municipal 98878579 Vanda chomocis oslebatail Justine Escola Municipal 98878579 Vanda chomocis oslebatail om Monga Escola Estabual 999500399 volunda chomocis oslebatail om Monga Escola Estabual 999500399 volunda chomocis oslebatail om Monga (Punia) | Escob Estadual 97145303 aparecidon acido mail com Prouga Escob Estadual 98878579 Vanda clisgmail com Prouga Escala Estadual 999500399 valuadores gille hatmail lor 18500 per Escala Estadual 999500399 valuadores gille hatmail lor 1860) |

14

13

thelena

Levaire

12

ANA AMEL A D AMARA

15

11

10

bruda estralda de soura

9

Página 2 de 4

Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde - Prédio Gerais – 13º andar Belo Horizonte-MG / CEP 31.630-901



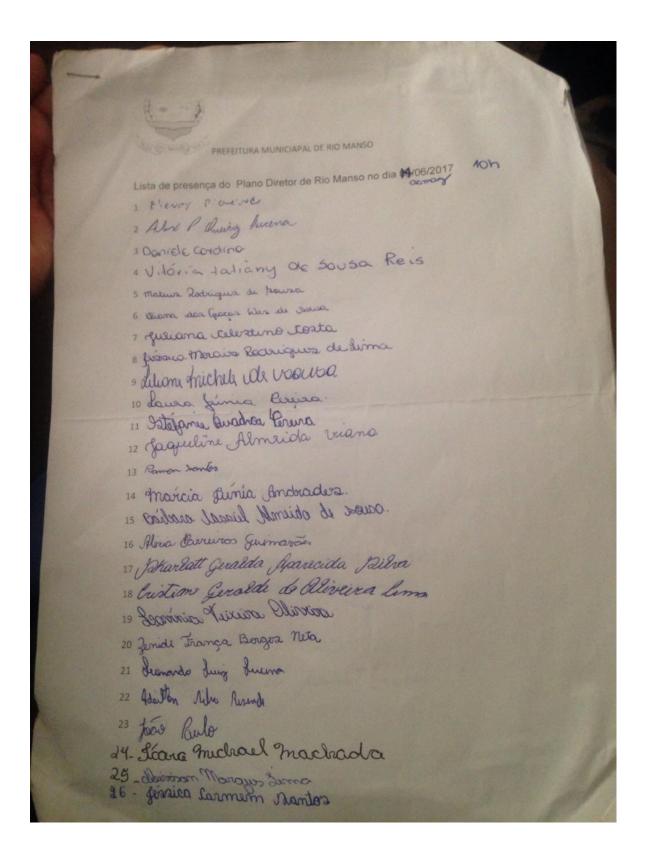


ANEXO VI – LISTA DE CHAMADAS – ENCONTROS GA

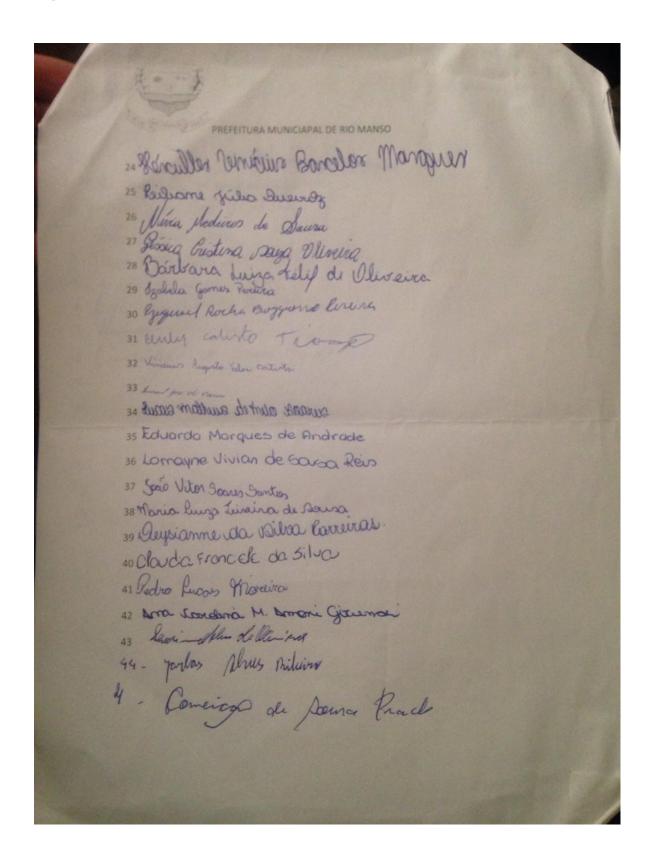
| Praca Fortunado Cara Municipal De Rio Manso Praca Fortunado Cara Mantena CEP-35485-0000 - Minas Gerais | | | | | |
|--|--|---|--|--|--|
| CNP2 18 363 028 TEL: | npos, 46 centro - CEP 3-7-1202 - (31) 3573-1202 - | | | | |
| 2 (10001-4) | | UNIATED AND | | | |
| FTon | | apoio: | - manso | | |
| 12 HORAS | | ital de la | Telefone ou e-mail | | |
| gme LOCAL | Camara munic | Instituição | Telefone ou e-mais 496 4438 9 6 31999385 | | |
| | CPF 200 200 100 | The flet was bringle | 33423058 | | |
| Marido de de una ? | made 74449 63453 | Contract of the second | 552 | | |
| the perge de James Car | 66363930600 | | 9984 22 95 | | |
| DS CUDA W | 150112-116-21 | augrader | | | |
| electo brush with | 593367276 | merador | 997.83 443 4 | | |
| Tag de Souza Costa | | | 77-99963 Et | | |
| como Alexande Clivina | 145 485 306 -0 | CREH-MINE | 31-995063 | | |
| THE THEODY OF DECINA | 857905756-62 | 2-00079 | 31-7972773 | | |
| and self she de chier | 0 093 517 116 90 | | 996163616 | | |
| | 2017 CZN Y LLD | Monadon | 97174 281 | | |
| | 7 106 17 10 5 3 | Rivania (AMA) | 98623.402 | | |
| Tomas Coulon Contra | 480./10.710 2 | moundor | 9948388 | | |
| | | P | 3573 1120 | | |
| and the same | NW2 039 320 926 5 | 5 Dunder | | | |
| Wille fur a da Espresa | | tempiture. | 3573 1120 | | |
| x Germetan laura | 109 349 966 8 | ? Papitura | 35\$3 1120 | | |
| Rosa medicies | | 'h | 9981350 | | |
| electricas de dours | | 11 | 9.9313.50 | | |
| | COLUMN TO THE RESERVE | | | | |
| | | | THE PARTY OF THE P | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | ETOR HORAS 12:20h 10CAL MY HORAS 10CA | ETOR HORAS: 13:20h IOCAL Camara humas gene arrendad de bousa trade 744 329 886 88 As proceso de bousa trade 744 329 886 88 As proceso de bousa trade 744 329 886 88 As proceso de bousa trade 744 329 886 88 As proceso de bousa trade 329 329 329 Mesto arrenda de bousa 199 329 329 329 Mesto de bousa 198 89 29 329 Mesto de bousa 198 89 329 329 Mesto de bousa 198 329 | ETOR HORAS: 13:30h 10CAL Camara municipale de Reger Material de M | | |

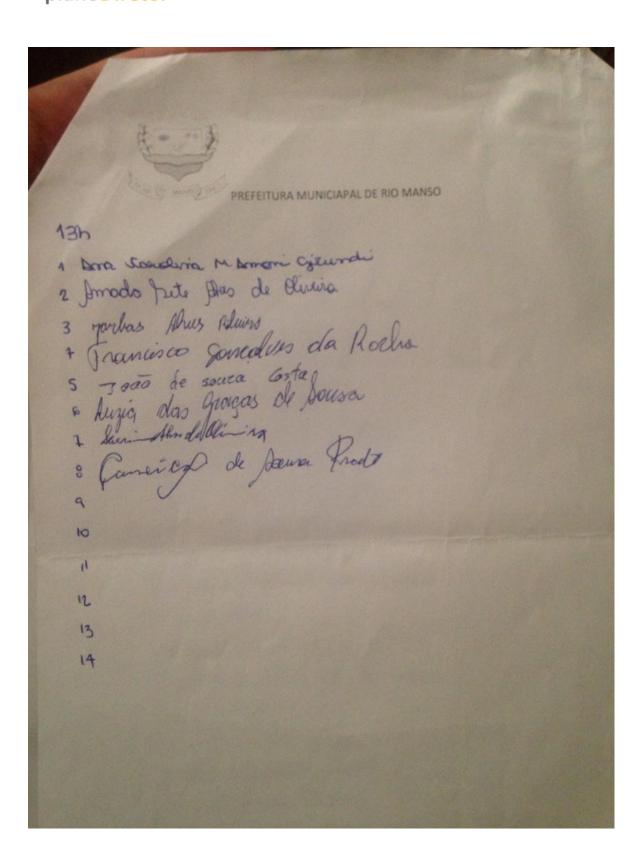
| | 2 | Prefeitura Municipal De Rio Manso Praça Fortunato Campos, 46 centro – CEP-35485-000 – Minas Gerais TEL (31) 3573-1120 - FAX: (31) 3573-1202 – CNP3 18.361 978-0001-83 | | | | | |
|----|------------------------|---|-----------------|-----------------|--|--|--|
| UN | DE PRESENÇA | DIRETOR HORAS: 14:00 W TOCAL: Bibli | oteca municipal | apolo: | | | |
| 14 | 07100147 Localidade | Nome | CPF | Instituição | Telefone ou e-mail | | |
| | RIO MALKO | hop Enadores 12 brown Giswood | 10961494663 | UFMG | 984259609 | | |
| | | ELIMINON WILL ALVES | 111 861.286-92 | UFMG- COMMRM | 99+3+-3800 | | |
| | R. o Marso | ANNO SETTE ALVES OF OLIVERA | 048-512 11690 | Commana | 995063119 | | |
| | Mio marriso | Luxia dos fração de pousa, | 004,750,996.45 | | 953110944 | | |
| | NO MANO | Edmin de vonc fine tertes | 544 307 206 49 | | 996448886 | | |
| | Pio muso | Consulate de sonsa l'endo | 037793246 07 | Pice hura | 998728625 | | |
| | GO Hanso | Severine Alves de Olivara | 185485 206-04 | CREP-MG | 17-999637778 | | |
| | | DEVEKIER ITTER DE VIIILEA | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | - | | | | |
| | | | | | THE RESERVE OF THE PERSON NAMED IN | | |
| | | | | 90000 | | | |
| | | | | | 1 B B B B B B B B B B B B B B B B B B B | | |
| | | | | | The state of the s | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | 1000 | | | |
| | | | | 1000000 | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |

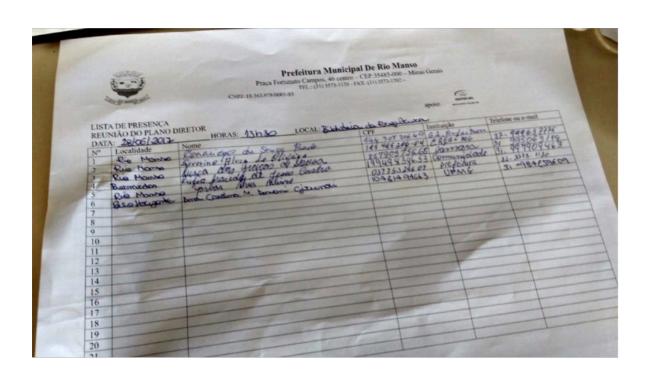
planoDiretor



planoDiretor



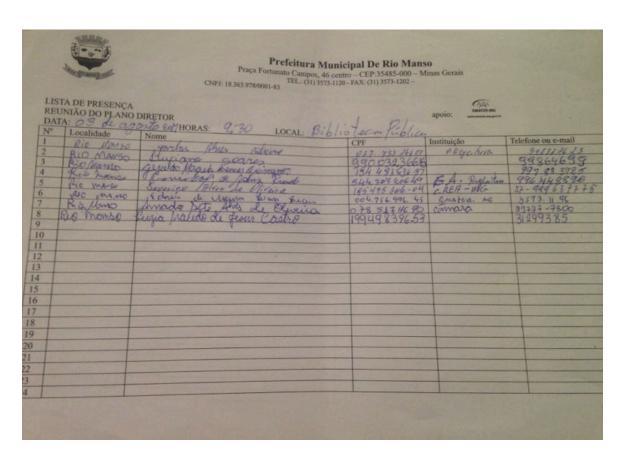




| - | PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MANSO – N PRAÇA FORTUNATO CAMPOS, 46 CENTRO, 35.485-000 | AG | | |
|----------------|--|-------------------------|----------------------------|----------------------|
| LISTA | DE PRESENÇA DE REUNIAO DO PLANO DIRETOR DO ITRO COM CERAMISTA PARA DEBATE DA ECONOM | DIA 12 DE JULHO DE 2017 | O, REALIDADE E PROPOSTA PA | RA OS PRÓXIMOS ANOS. |
| ENCO | | | | NATURA |
| N ₅ | NOME DA INSTITUIÇÃO PESSO | OA OU REPRESENTANTE | TELEFONE E EMAIL ASSI | 1.0 |
| 1 | The state of the s | ignia s. Luis | | hotel . |
| 2 | Comming Alves So Clivera C | REA - ME | 87-999637775 | Land. |
| 3 | Consultaria Ambiental In | vio Peixoto Dan | No 31 996276358 | Jump exor Came |
| 4 | A Roomsonkomento had Con | circa de Saura Prade | Ex ragulamen de | () |
| 5 | GENTO de promison de Ano | Sordina MA Gu | B4259609 | Demon |
| 6 | 0. | al riend and should | 8 398438219 | |
| 7 | Memorana In | of Ference anen | × 997868714 | There was |
| 8 | Ceramica allen sogar | With Madrice | 180217168 WILL | 00 |
| | Consider Environ | non various | 3 697117364 | A |
| 9 | PENEMIFE SOS ICEAS | und 19 | D 14117 33126 | |
| - | Change | | | |

| 10 | PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MA PRAÇA FORTUNATO CAMPOS, 46 CENTRO, 35.485-000 | N3O-MG | | |
|----|--|-----------------------|----------------|--|
| 10 | 2-0 | | | |
| 11 | puo de serga toda | Associação ABECOR | | No. |
| 12 | Marke to Cedio- Fossiciação | forto de souza Cesta | 996834448 | 4 |
| 13 | MORRO CEDRO- ASSOCS | Francisa S. Rochs | | OF C |
| 14 | foli de Fationa Viena | - (Alacer) - | 98541.2424 | an Man |
| 15 | 1, abreen | Collin Morris 5. Cont | | Ellerito |
| | luzio clas gracas | Camara | 995063114 | Butt |
| 16 | Amado Set . A. Sherira | lomara | 99727 7800 | As. |
| 17 | Jorlan Afren Palicins | Pro pei hera | (31) 998782623 | Studen . |
| 18 | | | | , |
| 19 | | | | |
| 20 | | | | |
| 21 | | | 1 | Property and |
| | | | | Walles To State of the State of |
| 22 | | | | |
| 23 | | | 100000 | |

| | | Pri CNPJ: 18:363. | Prefeitura Munici aça Fortunato Campos, 46 centra TEL. (31) 3573-1120- 978/0001-83 | - CEP:35485-000 - Mi | | |
|-----|---|----------------------|---|---|--|--------------------|
| REI | and the second second second | DIRETOR HORAS: | LOCAL | | apoio: | |
| No. | Localidade | Nome | 200000 | CPF | Instituição , | Telefone ou e-mail |
| 1 | Nio mando | L'oncica de sous | a Prado. | 544 30 Y 206 49 | Bryles Tura GA | 396 443826 |
| 2 | Burnardas | Rusia marido de | gesus Castro | 199498396-53 | Conhunidade | 87-999637775 |
| 3 | 100000000000000000000000000000000000000 | Saltina Alyo de | Clivata | 185485 246.04 | easy- Me | 372 1120 |
| 4 | 0.0 | yours like a Bo | General Lance | 857905756.68 | Camaron | 995063114 |
| 5 | Rio mongo | Kuzia oras gree | an oli Albusca | 250 587 546-49 | Missing ABELO | |
| 7 | MOHO to Cedio | Jose de souel & | Costa | F10 101 SINH | DATES AND PROPERTY. | |
| 8 | | | | | | |
| 9 | 100000 | | | Maria Maria | | |
| 10 | | | | | | |
| 11 | | | | | | 1 |
| 12 | | | | | | |
| 13 | | | | | | |
| 14 | | | | | | |
| 15 | | | | | | |
| 16 | | | | | | |
| 7 | | | | 2070000 | | |
| 8 | | | | | | |
| 9 | THE RESERVE | | | | No. of Contract of the Contrac | |
| 0 | | | | | | |
| | | | | The second second | | |
| | | | THE RESERVE TO STATE OF THE PARTY. | The same of the same | The state of the s | |
| | | | The second second | No. of Concession, Name of Street, or other | | |
| - | | | | | AND THE RESERVE | |
| - | | | | | | |



| | | Prefeitura M Praça Fortunato Campos, 4 TEL: (31) 35 CNPJ: 18363.978/0001-83 | Iunicipal De Rio Mans 66 centro - CEP:35485-000 - N 73-1120 - FAX: (31) 3573-1202 - | tio Manso 185-000 – Minas Gerais 73-1202 – | | |
|-------|--|--|---|--|--|--|
| | 200 | | | apoio: | | |
| REU | TA DE PRESENÇA UNIÃO DO PLANO D TA: CO O O O O O O O | DIRETOR HORAS: 19620 LOCAL: P | LE SICO | Instituição | Telefone ou e-mai | |
| Nº Nº | Localidade | Nome | 027 763346 07 | prosectura | 99683449 | |
| 25 | Rit Hansa | Sarbas Alves Ribergo | 259 587 54634 | 210000 | 98111157 | |
| 26 | Marto da Codha | - To a court of Cost o | na 407069 176 57 | AGCOOR | 008 06311 | |
| 27 | marko as peo, | FRANCISC CONCALUES DA | 8579057560 | Comara | 096449896 | |
| 28 | Rio manollada | ALDER MILE I PARTICLE OF ASSESSED | 944 304 30 6 49 | GA | 22000 | |
| 29 | Rio humse | Conceição De lousa Bado | | | | |
| 30 | | 1 9 | | | | |
| 31 | | | | | | |
| 32 | | | | | | |
| 33 | | THE RESERVE TO SERVE THE RESERVE TO SERVE THE RESERVE | | | | |
| 34 | | | | | | |
| 5 | | | | | | |
| 6 | | | | | 37 37 30 30 30 30 | |
| 7 | | | | 1 | | |
| 8 | | | | | | |
| 9 | | | | | A PROPERTY. | |
|) | | THE RESERVE OF THE PARTY OF THE | | | The state of the s | |
| | | | | | | |
| 1 | | Market Street, | | | 100 100 100 100 100 | |
| | | | | 1000 | | |
| 10 | | THE RESIDENCE OF THE PARTY OF T | | | Charles and the second | |
| | | THE RESERVE OF THE PARTY OF THE | | | | |
| | | | | 100 | | |
| | | | | | | |

| 0 | Prefeitura Municipal De Rio Manso Praça Fortunato Campos, 46 centro – CEP:35485-000 – Minas Gerais TEL: (31) 3573-1120 - FAX: (31) 3573-1202 – | | | | | |
|---|--|---|------------------------------------|--|--|--|
| STA DE PRESENÇA | CNPF, 18.363,978,0001-83 | | apoio: | | | |
| EUNIÃO DO PLANO I ATA: 04/50/10013 Localidade RO DANISO RIO MANSO | Nome too Sordina M. temorii Guurau Ruzdalva Atogai Mechado Sorbis Mus ebein FRONCISCO GONCALLES DE ROCha | 10461494663 42799743612 03715334607 HO3 06917653 | RECOR RECOR RESERVE RECOR | Telefone ou e-mail [31] 984259609 [41] 99501361 [41] 99501361 [42] 99501361 [43] 998111157 [42] 644 8876 [42] 644 8876 [42] 644 8876 [43] 6476 [43] 6476 [43] 6552 [43] 6552 [43] 6552 [43] 6552 [43] 6552 | | |

ANEXO VII – REGISTROS FOTOGRÁFICOS













ANEXO VIII - APRESENTAÇÃO OFICINA DE DIRETRIZES E PROPOSTAS PRELIMINARES



Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares

Câmara Municipal - Rio Manso, 13 de setembro de 2017







30'

Programação

Plenária

- Abertura | Credenciamento, Acolhida
 Institucional, Apresentação dos Presentes, Pauta
- Balizamento | Apresentação do Projeto e
 Diagnóstico Síntese do município

Rodas de conversa 1h30'

Questões instigadoras + Proposição de diretrizes

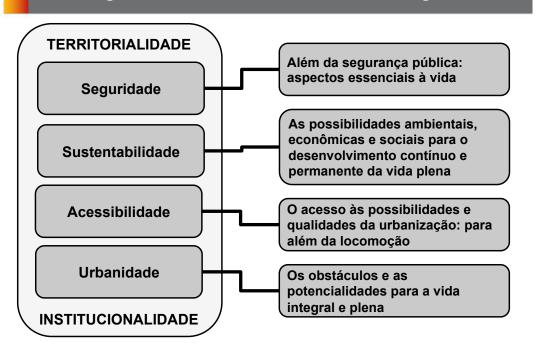
Plenária 30'

- 1. Relatos
- 2. Fechamento

Cronograma Geral do Projeto



O Diagnóstico: Eixos Temáticos Integradores



Diagnóstico em síntese: Seguridade e Sustentabilidade



Em termos produtivos, é feita aqui uma provocação: a principal mercadoria produzida em Rio Manso é a água, tratada para consumo doméstico e industrial no município vizinho de Brumadinho



Sobre outros setores da indústria, identifica-se uma rede de produção local especializada na extração de argilas e produção de artigos cerâmicos



Em diversos casos a extração de barro e a produção de cerâmicas ocorrem muito próximas à calha do Rio Manso



Pela ocupação do território entre pastagens e áreas agrícolas tem-se a hipótese de que a pecuária ocuparia, em termos de produção de capital, um papel mais relevante que a agricultura



Município com falta de tratamento de esgotamento sanitário (sem ETE); recorrentes episódios de falta de água em vários bairros e falta de saneamento na área urbana



APPs fluviais todos localizados à montante do reservatório de Rio Manso e que são enquadrados como cursos d'água de classe 1, portanto de alta relevância hídrica e com restrições para o recebimento de esgotos urbanos e industriais

Diagnóstico em síntese: Seguridade e Sustentabilidade



As áreas próximas à sede municipal apresentam menores níveis de fragilidade geológica. Já à noroeste da sede municipal e à oeste da sede de Souza existem áreas identificadas como de fragilidade muito alta, o mesmo ocorre a leste e a oeste (próximo ao limite municipal) da sede



Necessidade de melhora na manutenção dos serviços de água pela Copasa, que é muito criticada. Falta de saneamento e esgotamento sanitário municipal (sem ETE nem rede mínima de esgoto). Sem coleta seletiva



A produção de hortifrúti do município se destaca na região de Lamas, Bernardas e Souza. Desejo de alternativas para a distribuição local, que atualmente se destina toda para o CEASAMINAS/BH. Refletir o conflito no que se refere aos limites do urbano e do rural



Desejo de implantação de estruturas para atividades turísticas nas cachoeiras na região de Viamão, Morro da Onça e na área de preservação da COPASA, bem como na porção oeste do município, onde há a Unidade de Conservação de Uso Sustentável (APA Municipal Rio Manso)

Diagnóstico em síntese: Acessibilidade e Urbanidade



Crescimento do mercado imobiliário sobre a área rural; ocupação do território muito fragmentada; generalização de problemas relacionados à irregularidade fundiária



Expansão de chacreamentos na zona rural do município



Precariedade na infraestrutura em Souza e Lamas



Grande impacto na infraestrutura local, sobretudo nos finais de semana, devido aos sítios e segundas residências



Conflitos entre cerâmicas e demais usos



Pequeno déficit habitacional



Elevada proporção de domicílios precários, mas dispersão dos mesmos no território que é positiva em termos do acesso à cidade

Diagnóstico em síntese: Acessibilidade e Urbanidade



Dificuldades de acesso à saúde e educação muito vinculados à ocupação dispersa e, consequentemente, às condições de mobilidade;



Isolamento em relação à RMBH, tendo diminuído o número de viagens intermunicipais na última pesquisa Origem-Destino;



Baixíssima cobertura de transporte público metropolitano, além de vias precárias ou não pavimentadas;



Problemas ambientais e de trânsito gerado pelo alto fluxo de transporte de cargas relacionado à indústria de cerâmica;



Baixa cobertura e precariedade de calçadas, ausência de rampas e elementos de acessibilidade universal;

Diagnóstico em síntese: Acessibilidade e Urbanidade



Núcleos urbanos: sítios naturais, celebrações, igrejas, monumentos, saberes e ofícios e edificações isoladas diversidade cultural significativa. Destaque para Sede, Souza, Lamas, Bernardas, Viamão, Morro do Cedro, Morro da Onça, Grotas e Baú.



Destaque no município: Patrimônio Imaterial



Conjunto Natural e
Paisagístico da Represa
de Rio Manso:
necessário
compartilhar com a
população o acesso à
Represa e às suas
qualidades ambientais
e paisagísticas





Sede Municipal concentra os equipamentos e entidades ligados à cultura

Diretrizes da Revisão do Plano Diretor

- 1. Desenvolvimento do projeto de forma democrática e participativa: valorização do aprendizado social como complemento ao saber técnico;
- 2. Compatibilização, desenvolvimento e desdobramento local do PDDI e do Macrozoneamento Metropolitano;
- 3. Município enquanto parceiro no desenvolvimento das propostas;
- 4. Ideal de planejamento e gestão compartilhada do território metropolitano;
- 5. Amplo processo de participação social;
- 6. Construção de um sentimento de cidadania metropolitana.



PDDI: Macro-Diretrizes de Reorganização Territorial e Propostas de Reestruturação Territorial

Redução das desigualdades sócio-espaciais

Transporte como indutor da ocupação e do uso do solo

Mobilidade metropolitana organizada em rede

Criação de novas centralidades

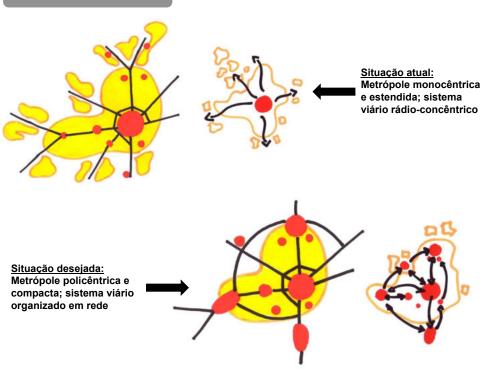
Habitação como função estruturante

Complexos Ambientais Culturais

Proteção dos Recursos Hídricos

Planejamento do crescimento da RMBH

- Criação e/ou fortalecimento de centralidades urbanas em rede
- Rede metropolitana de mobilidade intermodal eficiente e de baixo impacto ambiental: melhoria das possibilidades de articulação e deslocamento entre as várias porções da RMBH
- Estratégia de descentralização concentrada
- Intensificação do uso do espaço urbano
- Contenção da expansão urbana periférica
- Valorização e proteção das áreas destinadas à produção agropecuária e artesanal, e estimulo a atividades produtivas sustentáveis e criativas na fronteira rural/urbana
- Ampliação das áreas permeáveis urbanas, restauração e revitalização de cursos d'água
- Consolidação das diretrizes de reestruturação territorial e territorialização das propostas do PDDI a partir de um marco regulatório para a ocupação e uso do solo da RMBH, e promoção da gestão compartilhada nos casos de prevalência do interesse metropolitano sobre o municipal

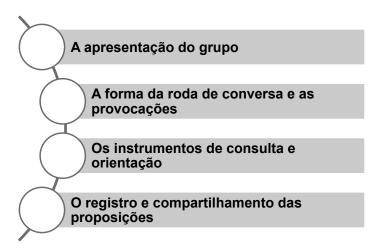




Do diagnóstico às propostas: a TVA



Dinâmica da oficina



Questões para debate (Grupo 1)

- 1. É necessário crescer? Que diretrizes e políticas podemos pensar para orientar o crescimento planejado e coibir o crescimento informal? Como podemos melhorar a urbanização do município?
- 2. Como lidar com o problema do transporte de carga no município? Há desejo pela criação de novas vias? Existem espaços em que a circulação de pedestres e/ou ciclistas deve ser estimulada?
- 3. Que medidas podem ser pensadas para diversificar e ampliar a economia local? Como conciliar a produção de cerâmicas com a preservação da sub-bacia do Rio Manso? É importante criar condições para o fortalecimento da produção agrícola?
- 4. Quais diretrizes e políticas podem ser pensadas para o desenvolvimento da cultura e proteção do patrimônio (material e imaterial, construído e natural) no município?
- 5. Como valorizar a produção de água metropolitana de Rio Manso e como conciliar com o interesse local? Quais as orientações para a identificação e a construção da Trama Verde e Azul?

Questões para debate (Grupo 2)

- Como valorizar a produção de água metropolitana de Rio Manso e como conciliar com o interesse local? Quais as orientações para a identificação e a construção da Trama Verde e Azul?
- 2. Quais diretrizes e políticas podem ser pensadas para o desenvolvimento da cultura e proteção do patrimônio (material e imaterial, construído e natural) no município?
- 3. Que medidas podem ser pensadas para diversificar e ampliar a economia local? Como conciliar a produção de cerâmicas com a preservação da sub-bacia do Rio Manso? É importante criar condições para o fortalecimento da produção agrícola?
- 4. Como lidar com o problema do transporte de carga no município? Há desejo pela criação de novas vias? Existem espaços em que a circulação de pedestres e/ou ciclistas deve ser estimulada?
- 5. É necessário crescer? Que diretrizes e políticas podemos pensar para orientar o crescimento planejado e coibir o crescimento informal? Como podemos melhorar a urbanização do município?

Espaço Digital Plano Diretor de Rio Manso

www.rmbh.org.br/plano/riomanso



Obrigado!

Para mais informações, entre em contato conosco:

(31) 3234-0301

mobs@rmbh.org.br sa geop@rmbh.org.br jul

sabrina.rocha@agenciarmbh.mg.gov.br julia.laborne@agenciarmbh.mg.gov.br

www.rmbh.org.br/plano/riomanso http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/revisao-dos-planos-diretores/ http://www.rmbh.org.br/pdm.php

Política Metropolitana Integrada de Regulação do Uso e Ocupação do Solo Programa de Apoio à Elaboração e Revisão das Legislações Municipais PDDI-RMBH





















